

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIA FABIANA LIBANES DORNELLES

**CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS DO REGIME GERAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ADESÃO DE 2008 A
2017**

**Sant'Ana do Livramento
2018**

MARIA FABIANA LIBANES DORNELLES

**CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS DO REGIME GERAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ADESÃO DE 2008 A
2017**

Trabalho Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Dra. Lucélia Ivonete Juliani

**Sant'Ana do Livramento
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo (a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

332-3

D757c

Dornelles, Maria Fabiana Libanes

CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE ADESÃO DE 2008 A 2017 / Maria Fabiana Libanes Dornelles.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2018.

"Orientação: Lucélia Ivonete Juliani".

1. Adesão. 2. Crédito Consignado. 3. Aposentados e pensionistas. 4. I. Título.

MARIA FABIANA LIBANES DORNELLES

**CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS DO REGIME GERAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ADESÃO DE 2008 A
2017**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Área de concentração: Ciências
Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em dia:30 de novembro de
2017

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lucélia Ivonete Juliani
Orientadora
Curso de Ciências Econômicas - UNIPAMPA

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopeña
Ciências Econômicas - UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Patrícia Eveline dos Santos Roncato
Ciências Econômicas - UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por realizar um sonho, nos momentos mais difíceis, me protegeu, me encaminhou para a direção certa na minha vida.

A Dona Lila que em seu último dia de vida pediu para que voltasse e terminasse o colégio como ela chamava a Universidade, por ter ficado noites em claro fazendo-me companhia em dias de prova ou trabalho, mesmo sendo analfabeta me ensinou a lutar pelos meus objetivos, ser uma pessoa honesta, ser uma mulher batalhadora.

A minha Família a base de tudo, minha filha Jade, meu esposo companheiro Fabio meus sogros Dona Glades e o Brutos. Minha segunda mãe minha madrinha Matilde.

Aos meus colegas do trabalho Iliomar e o senhor Antônio, que apreendi admirar.

As minhas colegas e amigas de Universidade. Ana Alzira, minha irmã de coração, Tairine, e as que me acompanharam nesta reta final Deise e Marina.

Aos Servidores da UNIPAMPA Sacha e Ricardo por terem sempre uma palavra amiga.

Aos professores que marcam a minha vida, o Eduardo Angeli, a Ana, a Tanise, o Altacir esses professores sempre tiveram palavras certas na hora certa.

A minha orientadora por ser psicóloga, analista, amiga quero agradecer a paciência nesta fase do TCC, onde todo aluno pensa que não vai conseguir.

Nesses anos de Unipampa vivenciei diversas fases e aprendi muito com colegas maravilhosos que se tornaram amigos, principalmente a primeira turma de Ciências Econômicas, a Marina, Sheila, Samanta, Sibeles e a Rose a qual irá se formar junto comigo. A todos os outros colegas maravilhosos que conheci e somaram aprendizado, fica o meu muito obrigado.

“Tudo posso naquele que me fortalece”

Filipenses 4:13

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar a adesão por crédito consignado dos aposentados e os pensionistas do Regime Geral da Previdência Social do Brasil, durante o período dos anos de 2008 a 2017. Para tal análise, o referencial teórico aborda a perspectiva histórica do crédito mostrando sua evolução, tanto a nível internacional, como a nível de Brasil, enfatizando etapas importantes como a implementação do Plano Real e a ascensão elevada do crédito no ano de 2003. Conceitua-se também o crédito consignado, mostrando como ocorreu a sua adesão e qual sua importância para os aposentados e pensionistas do INSS. Metodologicamente optou-se pelo método bibliográfico e documental, a partir de bases de dados do governo. A análise dos dados se deu através de atualização de valores com ferramentas de engenharia econômica, instrumentos da matemática financeira, os quais possibilitaram analisar o processo de introdução do crédito no Brasil. Descobriu-se que os aposentados e pensionistas adquirem empréstimos para suprir suas necessidades pessoais e para ajudar sua família, sendo os juros baixos fatores atrativos para os mesmos. Ressalta-se ainda que os aposentados refinanciam seus empréstimos, estando sempre com algum em andamento.

Palavras chaves: Crédito consignado. Aposentados e pensionistas. Adesão

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo mostrar el número de miembros con préstamos de nómina para los jubilados y pensionistas de la Seguridad Social General de Brasil, durante el período de los años 2008 a 2017. Para este análisis, el marco teórico se refiere a la perspectiva histórica de crédito que muestra su evolución tanto a nivel internacional como a nivel de Brasil, haciendo hincapié en los pasos importantes como la implementación del plan real y el alto aumento del crédito en 2003. su concepto es también los créditos de nómina, mostrando como lo hizo su afiliación y qué usted debe cuidar para los jubilados y pensionados del INSS. Metodológicamente, optamos por el método bibliográfico y documental, a partir de bases de datos gubernamentales. El análisis de datos se realiza a través de los valores de actualización con herramientas de ingeniería económica, instrumentos de matemáticas financieras, lo que hizo posible el análisis del crédito del proceso de introducción en Brasil. Se encontró que los jubilados reciben préstamos para satisfacer sus necesidades personales y para ayudar a su familia, y los factores de interés bajas atractivas para ellos. Es de destacar que los jubilados refinanciar sus préstamos, estar siempre con alguna en curso.

Palabras clave: crédito de nómina. Los jubilados y pensionistas. adhesión

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	22
---	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Metodologia para o alcance dos objetivos específicos.....	18
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento reais do Salário Mínimo em percentual (%) no Brasil nos anos de 2008 a 2017	36
Gráfico 2 – Operação de Crédito Pessoal Consignado 2008 a 2017	40
Gráfico 3 – Número de aposentadorias concedidas por categorias no Brasil pelo INSS no período de 2008 a 2017	41
Gráfico 4 - Operações de crédito pessoal consignado INSS por estado Brasileiro período de 2008 a 2017	42
Gráfico 5 – Operações de crédito consignado INSS por regiões brasileiras, período de 2008 a 2017	44
Gráfico 6 – Empréstimo consignado INSS total por ano	45
Gráfico 7 – Utilização de crédito através do cartão consignado.....	46
Gráfico 8 – Empréstimo consignado por gênero	46
Gráfico 9 – Empréstimo consignado por idade.....	47
Gráfico 10 – Liberação de crédito pelos Bancos	48

LISTA DE SIGLAS

FMI – Fundo Monetário Internacional
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Internacional
CNPS – Conselho Nacional da Previdência Social
COSIF – Plano Contábil das Instituições Financeiras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
MP – Medida Provisória
PT – Partido dos Trabalhadores
RGPS – Regime Geral da Previdência Social do Brasil
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SUIBE – Sistema Único de Informações e Benefício
BCB – Banco Central do Brasil
SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 METODOLOGIA	17
1.4 M ESTRUTURA DO TRABALHO.....	19
2 CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL	20
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	20
2.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO.....	22
2.3 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL	24
2.3.1 Após Implantação do Plano Real	26
2.3.2 Após 2003	28
3 CRÉDITO CONSIGNADO	31
3.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO	31
3.2 CRÉDITOS CONSIGNADOS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	32
4 ANÁLISE DE ADESÃO AO CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Crédito é a pretensão de ceder por um tempo específico o seu patrimônio para outra pessoa, de forma que esta pague a parcela novamente, de acordo com o tempo solicitado (PULCINE; SANTOS; OLIVEIRA, 2004). Ainda, “Crédito é uma palavra que deriva de ‘*credare*’, expressão latina que significa confiar ou acreditar”. (FERREIRA, 2010, p. 11).

O crédito depende de um sistema financeiro, que permite que um conjunto de instituições se dedique a manutenção e ao fluxo de recursos entre poupadores e investidores. O mercado financeiro permite que um agente econômico qualquer, seja colocado com outro, cujas perspectivas de investimento superam as respectivas disponibilidades de poupanças (FORTUNA, 2008).

Ainda segundo Fortuna (2008), as instituições financeiras, são as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiro de moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. O mercado financeiro pode ser considerado um elemento dinâmico para o processo de crescimento econômico de um país.

No Brasil, as reformas de 1964 e 1965, inspiradas no modelo norte-americano, estabelecem os principais elementos do Sistema Financeiro Nacional (PUGA, 1999). Com o decreto da Lei nº 4,595 de 1964, modifica a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) para o Banco Central do Brasil (BCB). Já o antigo Conselho se tornou o Conselho Monetário Nacional (CMN) que por excelência é um órgão normativo, sendo o responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do Brasil (FORTUNA, 2008). Essas alterações foram importantes para o sistema financeiro, principalmente em períodos de hiperinflação.

Nos primeiros anos da década de 1990, o processo inflacionário brasileiro ainda não havia sido extinto, o que veio a ocorrer somente após o Plano Real, em 1994. Dada a extinção da inflação crônica, vivida pela economia brasileira nos anos anteriores, a partir do Plano Real foi possível adotar medidas de fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro. Com essa nova moeda, juntamente com a nova reestruturação do sistema financeiro, fez com que o crédito ganhasse espaço permitindo o acesso de diferentes classes sociais (GALLE, 2008).

Outro período relevante foi a partir de 2003, que se verificou uma rápida e pronunciada expansão do mercado de crédito. Esse processo foi viabilizado por condições internacionais favoráveis. A melhora de condições externas e internas estimulou tanto a demanda por crédito pelo público como a oferta pelos bancos (OLIVEIRA, WOLF, 2016).

No mercado de crédito destaca-se o empréstimo consignado, que se caracteriza por ser um empréstimo com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento. Essa consignação tem a vantagem de oferecer taxas de juros mais baixas, isso é resultado do baixo risco de inadimplência assumido pelos bancos (FORTUNA, 2008). Possui disponibilidade tanto para funcionários privados e públicos, e em especial para os aposentados e pensionistas do INSS (PONTES; LOPES, 2017).

Assim, diante da expansão do crédito, dentre eles, o crédito consignado apresenta-se o seguinte questionamento: Qual é a proporção de adesão do crédito consignado dos aposentados de Regime Geral da Previdência Social no Brasil no período de 2008 a 2017?

1.1 OBJETIVOS

Nesta seção são apresentados os objetivos geral e específico, que conduziram este estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a proporção de adesão ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) do Brasil, no período que engloba os anos de 2008 a 2017.

1.1.2 Objetivos Específicos

- I. Descrever a evolução do crédito no Brasil, verificando pontos chaves da sua implementação no país;
- II. Contextualização do crédito consignado e sua expansão no Brasil;

III. Apresentar o panorama de adesão ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas do Regime Geral Previdência Social.

1.2 JUSTIFICATIVA

Muitos fenômenos nos cercam diariamente nas diversas esferas de nosso convívio. Enquanto pesquisador, alguns destes fenômenos causam desconforto e nos levam a buscar explicações mais plausíveis, como trabalhando no meio financeiro, houve o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca da relação existente entre a liberação do crédito consignado e a adesão do mesmo pelos aposentados e pensionistas.

O problema de pesquisa surgiu pela percepção e evidências empíricas, de que a adesão e conseqüentemente o possível endividamento dos aposentados e pensionistas pode ter uma profunda relação com a liberação e facilitação do crédito para essas pessoas.

O advento do Plano Real (1994) e conseqüente a estabilização da inflação, proporcionou as pessoas uma confiança maior para consumir, e segurança para fazer empréstimos. Acrescenta-se que em 2003, sob o governo de Luís Inácio da Silva, a política econômica de distribuição de renda, por meio de programas sociais, facilitou ainda mais a adesão ao crédito. Desde então, a população brasileira vem encontrando facilidades ao obter empréstimos pessoais sejam na forma consignada ou não.

Através da experiência de trabalho dentro de uma instituição financeira observa-se que os aposentados e pensionistas, em sua maioria, têm buscado empréstimos consignado para seu sustento pessoal e da família. Como os empréstimos servem para pagamento de contas fixas mensais os mesmos acabam por necessitar muitas vezes de refinanciamentos reduzindo a margem de empréstimos ao limite e em alguns casos a inadimplência.

Acrescenta-se ainda, que a pesquisa pode acrescentar análises sobre a temática, com vistas a melhorar as perspectivas teóricas ao introduzir elementos de estatística descritiva. Podendo também servir de referência para outros estudos que visem esta mesma temática.

1.3 METODOLOGIA

Pesquisa é a construção de um conhecimento novo, de novas técnicas e criação ou exploração de novas realidades. De outra parte pode-se dizer que pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (GIL, 2010). Este estudo caracteriza-se por adotar o método dedutivo, pois parte das teorias e leis e, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares.

Para atingir o objetivo desse estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter descritivo, que é aquela que expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2011, p. 42).

Como técnica de pesquisa foi utilizada, a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. A investigação documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, dispositivos de armazenagem por meios ópticos, magnéticos e eletrônicos em geral, diários, cartas pessoais e outros (VERGARA, 2011, p. 43).

Para a análise de dados foi utilizado às técnicas de estatística descritiva, tais como sintetização de dados secundários, geração de gráficos e análises dos resultados tabulados. De acordo com o quadro 1 os objetivos da pesquisa são alcançados da seguinte forma:

Quadro 1: Metodologia para o alcance dos objetivos específicos.

Objetivo	Técnica de pesquisa	Bibliografia
I. Descrever a evolução do crédito no Brasil, verificando pontos chaves da sua implementação no país;	Bibliográfica e documental.	PUGA, (1999) ASSAF NETO, (2012) FORTUNA (2008)
II. Contextualização do crédito consignado e sua expansão no Brasil;	Bibliográfica Documental e coleta de Dados secundários.	GIAMBIAGI, (2011). LACERDA, (2010) Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003
II.. Apresentar o panorama de adesão ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas do Regime Geral Previdência Social.	Estatística descritiva de dados secundários.	HOFFMANN, (2006); Dados: e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviços de Informações ao Cidadão); Suibe (Sistema único Informação Benefícios) elaboração própria.

Fonte: Elaborado pela autora

Segundo o quadro 1, os dois primeiros objetivos específico foram respondidos com o auxílio da pesquisa bibliográfica em livros e artigos para descrever a evolução do crédito e contextualizar o crédito no Brasil. A pesquisa documental serviu para verificar as leis e diretrizes para a obtenção de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Regime Geral Previdência Social.

Os dados para a análise foram obtidos nos portais do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) do Suibe (Sistema Único Informação Benefícios). Os dados obtidos foram tabulados e analisados por meio do software.

Para exposição deste estudo esse trabalho estará estruturado da seguinte forma:

Primeiro a introdução com os objetivos e justificativa, segundo consiste da revisão teórica, primeiro sobre crédito consignado no Brasil, terceiro o crédito consignado para os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, já no quarto capítulo o endividamento com aquisições de empréstimo, Facilidade de crédito fácil rápido e com baixas taxas de juros fazendo ficar mais atrativo o credito consignado.

E por fim, as considerações finais tratarão do crescimento do Brasil para aquisição de empréstimo consignado. Trazendo dados de 2008 a 2017, aumento gradativo dos endividamentos dos beneficiários do INSS.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está estruturado em seis seções. A primeira delas apresentou a introdução, objetivos e metodologia da pesquisa; a segunda seção traz uma revisão teórica sobre o crédito consignado no Brasil; a terceira discute o crédito consignado para os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social; a quarta seção mostra o endividamento com as aquisições de empréstimos; a quinta seção aborda as considerações finais; e, ao final, a sexta seção apresenta as referências utilizadas nesse estudo.

2 CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No início de 1920 no Brasil foi criada a Inspeção Geral de Bancos, tinha como responsabilidade fiscalizar as instituições financeiras, mas não era sua função a normatização e controle do mercado financeiro. Esse controle se estabeleceu somente a partir da substituição da Inspeção Geral de Bancos em 1945 pelo Decreto Lei nº 7.293 conhecido como SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). A SUMOC tinha como principal objetivo controlar o mercado monetário e os volumes de crédito dos depósitos compulsórios e dos meios de pagamento. Nessa alteração ocorreram fusão e incorporações de alguns Bancos que encerram suas atividades, e transformações que acabaram solidificando o Sistema Financeiro Nacional (FORTUNA, 2009).

Em 1964 ocorre a Reforma Bancária (Lei 4.595), os bancos acabam se tornando fundamentais no Sistema Financeiro Nacional, pois atuavam em operações de intermediação financeiras, tendo como segmentos, a disponibilidade de capital de giro e também operações no curto, médio e longo prazo. Com o desenvolvimento econômico para os bancos possibilitou que as redes bancárias fossem disseminadas em todo o território nacional (DOS SANTOS; QUINTAIO; VEIRA, 2012). Conforme Fortuna (2008):

Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessórias a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valores de propriedade de terceiros em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiro (FORTUNA, 2008; p.17).

O sistema financeiro é formado por um conjunto de instituições financeiras públicas e privado, sendo seu órgão normativo máximo o Conselho Nacional (CMN). É através do Sistema Financeiro Nacional que é proporcionado a relação entre os agentes carentes de recurso para investimento e os agentes que irão gerar poupanças. Essa intermediação poderá permitir as condições de financiar o

crescimento econômico, permitindo também uma participação crescente de capitais externos (ASSEF NETO, 2012).

As instituições financeiras podem ser classificadas em: bancárias (monetárias) ou não bancárias (não monetárias). As bancárias são as que podem captar depósitos à vista, recursos esses que são usados também para realizar empréstimo e financiamento podendo ser de curto, médio, longo prazo para pessoas tanto jurídicas como físicas. As instituições financeiras tanto podem ser representadas pelos bancos comerciais ou pelos múltiplos (FORTUNA, 2008).

As instituições não bancárias não estão autorizadas a receber depósito à vista e trabalham com ativos não monetários, como letra de câmbio, certificado de depósito bancários, debênture dentre outros. Constituída pelas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro, menos os bancos comerciais e múltiplos. São instituições não bancárias: sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedade financeiras, sociedade de arrendamento mercantil, entre outros (ASSEF NETO, 2012).

No organograma do Sistema Financeiro Nacional estão classificadas as instituições financeiras bancárias e não bancárias conforme a figura 1:

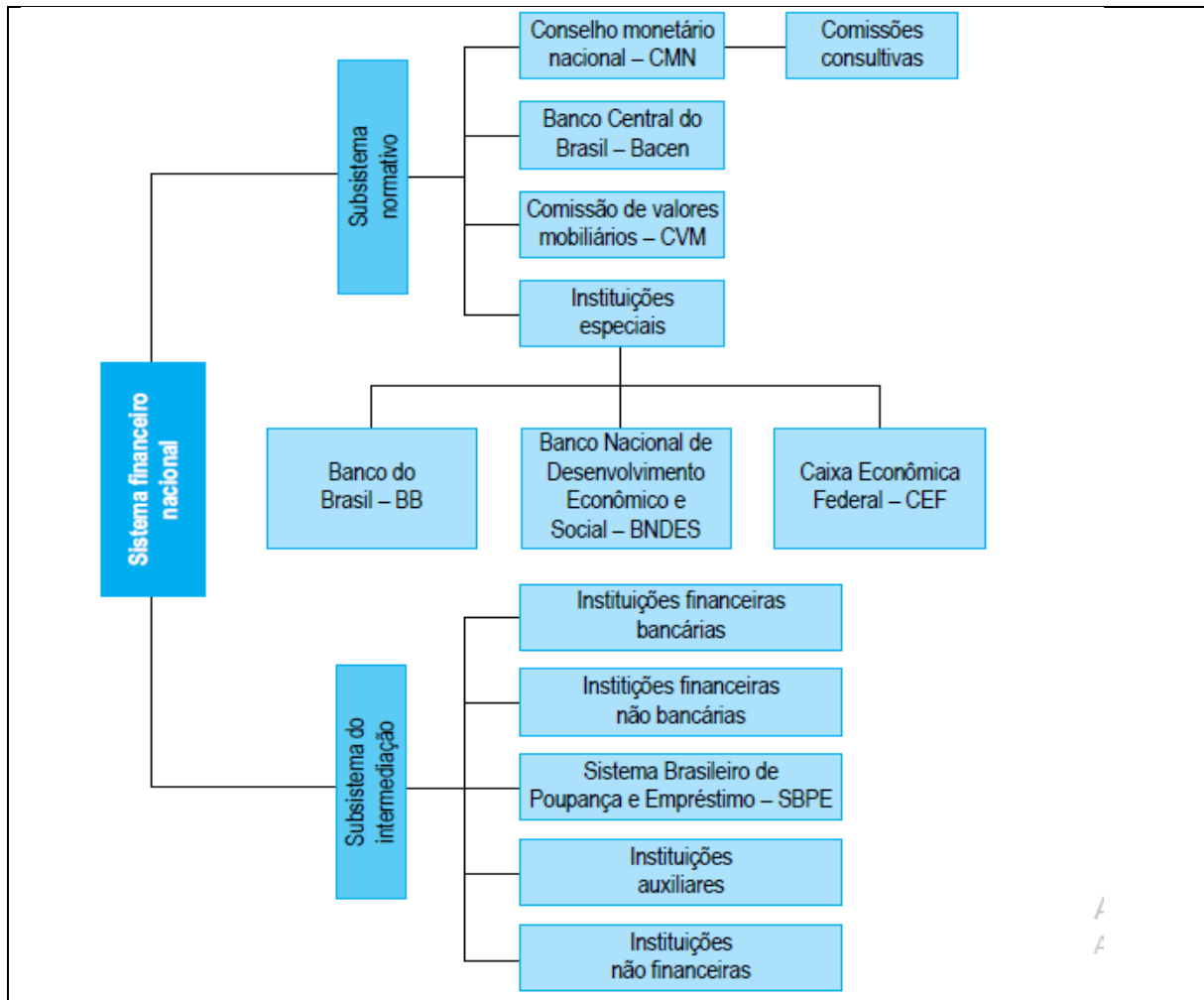


Figura 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Fonte Assaf Neto (2008, p.40).

Além dessa breve introdução de como se estrutura o Sistema Financeiro Nacional, a pesquisa apresenta uma análise voltada ao mercado de crédito brasileiro, mais especificamente o crédito consignado, como pode ser observado nessa revisão teórica.

2.2 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

O crédito em um sistema econômico capitalista pode ser considerado como um elemento importante para estímulo da economia. O sistema financeiro, no decorrer da história vem gradativamente se transformando a nível mundial, tendo como consequência a modificação no mercado de crédito (CARVALHO et al; 2007).

Com a expansão do comércio de Amsterdã no século XVII houve também o aumento da circulação de moedas, de prata e ouro, que na época eram os meios de troca. Com isso emergiu a necessidade de criar uma instituição para verificação da autenticidade dessa moeda em circulação, surgindo então os bancos, no qual também eram responsáveis por guardar de forma segura essa moeda. Os bancos, tendo esses valores sob sua responsabilidade, começam então a conceder crédito estipulando juros e formas de pagamento para aqueles aos quais concediam valores monetários. Esse movimento contou com o apoio da igreja católica, a qual autorizou a liberação de crédito fazendo com que desencadeasse na Europa um grande crescimento no mercado de crédito (BELLUZO, 2011). Nas palavras de Oliveira e Wolf:

O crédito constitui elemento fundamental em uma economia capitalista, vale dizer, de endividamento, ao viabilizar a efetivação das decisões de consumo e de investimento. Os bancos, nesse sentido, são instituições muito relevantes para as condições de crédito em uma economia, pois são capazes de criar moeda (escritural) (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 7).

Após a Revolução Industrial surgiu a concessão de crédito, pois a classe operária tinha seus salários consideravelmente em dia, sendo assim poderiam ter a possibilidade de antecipar seus salários para o consumo de novos bens financiados pelo sistema credenciário, levando a mudanças consideráveis na forma de emprestar dinheiro. Já no século XIX, novos bancos surgiram para sanar a demanda por esse financiamento. A liberação de crédito levou a mudanças no sistema, as quais foram percebidas no início do século XIX através do surgimento de alguns bancos. Estes por sua vez tinham o intuito de sanar a demanda por financiamentos (BELLUZO, 2011).

De acordo com Senna (2010), as reservas depositadas nos bancos tornaram-se os recursos por eles disponíveis, estes poderiam ser emprestados, com finalidade de empréstimo produtivo para impulsionar a atividade econômica. Segundo Schrickel (2000), crédito ocorre quando alguém está disposto ceder parte de seu patrimônio, emprestando para outro, com período pré-fixado, no qual teria no ato da aquisição tempo para liquidação e regras pré-estabelecidas.

A concessão de crédito tem sido utilizada em vários países do mundo, entre eles Estados Unidos e alguns países da Europa (FERREIRA, 2008) como instrumento político e principalmente, após o enfrentamento de alguma crise

econômica pelos países (OLIVEIRA; WOLF, 2016; MARTINS; FERRAZ, 2011; FREITAS, 2009).

Nesse sentido, o próximo tópico apresentará como o crédito tem evoluído no Brasil.

2.3 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL

No começo dos anos de 1960 o crescimento da economia mundial se deu a uma taxa 4,7% ao ano, classificando-se esta como uma década de prosperidade para o mundo (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011). Porém, nota-se, conforme Coelho que:

O início dos anos 60 caracterizou-se pela primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial. Neste período, há uma queda importante dos investimentos e a taxa de crescimento da renda brasileira caiu fortemente em função da materialização das contradições inerentes ao processo de substituição de importações (COELHO, 2005, p. 4).

Nos anos de 1964 e 1965 ocorreram reformas financeiras, tendo como exemplo, o modelo norte-americano, baseado em instituições especializadas. Os bancos de investimento e desenvolvimento seriam encarregados de empréstimo de longo prazo, diante da capacitação de recurso no exterior e depósitos a prazo. Os bancos comerciais poderiam ter operações de crédito de curto prazo, através da captação dos depósitos à vista. Na sociedade de crédito, financiamento e investimentos (financeiro) poderiam realizar crédito ao consumidor em empréstimo pessoal, através de letra de câmbio. As instituições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) seriam as responsáveis pelo financiamento habitacional por meio dos recursos dos depósitos de poupança e de letra imobiliárias (PUGA, 1999).

Na década de 1970, com a crise do petróleo ocorre uma redução no crescimento na economia global, fato este que ocasionou um vagaroso crescimento na economia financeira brasileira, resultado também de uma diminuição na indústria de bens de consumo (COELHO, 2005). Somados a uma combinação de outros fatores fizeram com que a década de 1980 se caracterizasse no Brasil como a “década perdida”, a qual apresentava dentre outros fatores, altos índices inflacionários e adoção de medidas políticas de sanar as deficiências apresentadas pela economia brasileira (GIAMBIAGI et al; 2011).

A década de 1980 traz alguns fatos importantes como por exemplo, o término da conta movimento, que apresentava orçamento da União aparentemente equilibrado, pois o Banco Central, Banco do Brasil e o Tesouro Nacional funcionavam na prática como um caixa único. Assim, o governo com a intenção de reorganizar as finanças públicas separou em as três contas em 1986 e conseguiu verificar os recursos que eram fornecidos pelo Banco Central para o Banco do Brasil (ANDREZO; LIMA, 2002).

Foi na década de 1990 que a economia brasileira teve como característica a abertura financeira e também comercial devido ao processo de globalização que foi determinado por alguns fatores como tecnologia, organização corporativa e políticas públicas, adicionadas a globalização financeira (LACERDA; 1996).

Com uma maior flexibilidade, os investidores institucionais estrangeiros puderam operar nas bolsas brasileiras proporcionando a contribuição para o ingresso de capitais estrangeiro no país (ANDREZO; LIMA, 2002).

Observa-se que nos anos 1990 vários países em nível mundial tiveram seu desempenho econômico fraco com pouco crescimento; dentre eles, países periféricos como o Brasil. Em 1994 foi elaborado e implantado o Plano Real, que trouxe estabilidade econômica quando comparado com as décadas anteriores e fez a população ter esperanças de um mercado com mais crédito (GIAMBIAGI et.al; 2011). Bem exposto por Coelho (2005, p.8) “[...] a economia brasileira finalmente iria se estabilizar, com a adoção do Plano Real, equiparando o câmbio, com um ajuste fiscal e reforma monetária aumentando do investimento externo, e controle da inflação”.

Nas palavras Martins e Ferraz;

No Brasil, o mercado de crédito se manteve estagnado durante boa parte das décadas de 1980 e 1990, ainda que tenha havido períodos em que apresentasse um modesto crescimento. Na década de 1980, este comportamento foi resultado em grande parte do ambiente de extrema incerteza e de aversão ao risco, frutos da combinação da alta inflação, elevada dívida pública de curto prazo e da restrição externa vigente à época. Na década seguinte, a implementação de políticas de liberalização financeira permitiu a estabilização de preços a partir de 1994, mas ao custo de um aumento da vulnerabilidade externa, mantendo, portanto, o quadro de incerteza e a consequente estagnação do mercado crédito (Martins; Ferraz, 2011, p. 269).

Na segunda metade da década de 1990 ocorrem mudanças institucionais no Sistema Financeiro Brasileiro, foram medidas que tinha caráter

político/administrativo. Uma das mudanças foi no arranjo do Conselho Monetário Nacional (CMN), que ocorreu após o Plano Real no país, o CMN teria que prevalecer de característica de mais autonomia, ter autoridade pública monetária e quando ocorressem discussões sobre a estabilidade da moeda iria exigir sigilo de sua parte. Outras medidas foram realizadas para fortalecer CMN como a ratificação ao acordo da Basileia, antes não havia uma diferença entre os riscos dos bancos para controlar ou prevenir a inadimplências das instituições financeiras, pois somente eram verificadas as proporções das quantidades entre recursos de terceiros e recursos próprios, com as mudanças que foram realizadas deveria ser contabilizado o capital com os graus dos riscos das operações que eram realizadas nas pelas instituições financeiras (ANDREZO; LIMA, 2002).

Com uma economia mais estabilizada, o sistema bancário acaba perdendo uma fonte de receita, o chamado Floating¹, que eram os ganhos inflacionários sobre os depósitos à vista, mas a nova forma de ganho possa ser através das operações de crédito. Os bancos públicos mantiveram forte interferência e crescimento na participação de crédito concedido, já os bancos privados não sofreram tanto impacto em seu crescimento no decorrer da década de 1990. Fica evidente que os bancos privados foram o mais afetado em termo liberação na concessão de crédito (SOARES; 2002).

2.3.1 Após Implantação do Plano Real

Após a implantação do Plano Real, percebe-se a promoção da reestruturação e um reforço para o Sistema Financeiro Brasileiro, assim como o crédito surgindo de formas diferentes gerando resultados para a economia brasileira entre 1990 e 2003 (GALLE; 2008). Salienta-se conforme Lacerda et al (2010, p. 296) “ O Plano Real é apontado como a melhor experiência de estabilização da economia brasileira”.

Se por um lado as instituições bancárias perderam acesso aos ganhos inflacionários com a adoção do plano real, por outro, passaram a promover políticas ativas de expansão dos empréstimos, sobretudo de curto prazo, beneficiando-se do aumento da demanda por crédito. Isso porque o estado de confiança criado pela

¹ Com uma economia mais estabilizada, o sistema bancário acaba perdendo uma fonte de receita o chamado floating, que eram os ganhos inflacionários sobre os depósitos à vista, mas a nova forma de ganho será através das operações crédito.

expectativa de estabilização dos preços levou os consumidores, sobretudo os de renda mais baixa, a ampliar a demanda por bens de consumo duráveis, devido ao aumento real e a preservação do poder de compra dos salários (CINTRA, 2006).

Em períodos anteriores a implantação do Plano Real ficou visível à falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, uma vez que se vivia um período de recessão na economia. Nesse sentido os bancos criaram novas operações de crédito para consumo e a população que não tinha acesso a bens de consumo passaram a ter novas possibilidades (PORTO, 2014).

Para gerar uma maior competição entre os Bancos, o governo, valendo-se da legislação, promoveu o acesso das instituições estrangeiras ao sistema bancário. Com a vinda de instituições bancárias para cenário brasileiro algumas instituições financeiras, já fragilizadas, acabaram sendo privatizadas ou extintas por programas de incentivo do governo (CINTRA, 2006).

Para o sistema produtivo o crédito acaba se tornando importante, pois possibilita o adiantamento de capital para adquirir algum dos meios de produção, estimulando e intensificando a escala produtiva resultando em acumulação de capital (MOLLO, 2011 *apud* BRUNHOFF; FOLEY, 2006).

O aumento das operações de crédito foi visível nos primeiros meses da implantação do Plano Real, pois com as perdas de suas receitas com o chamado floating (retenção temporária dos recursos floating, que são receitas advindas pelos ganhos inflacionários sobre depósitos à vista) foi compensado pelo aumento das operações de crédito. Mas, foi em 1995 com a economia em ritmo baixo e uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido a crises externas, tornou-se inevitável o ajuste nos empréstimos em atraso e em liquidação, pois cresciam substancialmente (PUGA, 1999, p. 11).

Em 2000 o mercado teve oscilações na demanda por conta de incentivos ou até mesmo desestímulo promovido pelo próprio governo em relação às operações de crédito. Saindo de 2000 para 2001, outra mudança acaba ocorrendo, uma política de incentivo ao crédito como uma das principais medidas a redução nas taxas de juros determinando pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), no qual ocorreu um crescimento novamente do crédito, mas em meados de 2001 com a crise brasileira energética e a crise que estava na Argentina novamente as taxas de juros aumentam, assim retraindo a economia nacional e oferta de crédito. Já nos

anos de 2002, devido à incerteza, se manteve uma instabilidade tanto externa como interna no país (PORTO, 2014).

Este período foi marcado pela disputa política para a presidência do Brasil e houve muita especulação no mercado financeiro o que acabou impactando na Bolsa de valores, as taxas de juros e o câmbio oscilaram muito a partir do segundo semestre quando tudo indicou que o candidato da esquerda venceria as eleições (LACERDA et al, 2010).

2.3.2 Após 2003

A grande dúvida para o Brasil e o resto do mundo era qual política macroeconômica que iria ser adotada pelo candidato da esquerda, uma vez que havia acordos e comprometimentos dos contratos já firmados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ao vencer a eleição, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva² confirma o compromisso de ser mantido o superávit primário os termos de acordo negociados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa atitude tomada de compromisso que foi firmada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foi decisiva para assim reduzir as tensões macroeconômicas que estava ocorrendo no final de 2002 (LACERDA et al.; 2010).

A partir de 2003 verificou-se uma rápida e pronunciada expansão do mercado de crédito. Esse processo foi viabilizado por condições internacionais excepcionalmente favoráveis, que permitiram o relaxamento das políticas fiscais bem como as políticas monetárias sem que houvesse negligência ou mesmo renúncia relacionadas às metas de inflação e do superávit primário (DE OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Nesse período assume o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e a economia brasileira, que apresentava um cenário favorável, fez com que o novo governo conseguisse conduzir o país, pois teve uma rígida política monetária que foi adotada pelo Banco Central, com taxa favorável de câmbio. A taxa de inflação fechou em declínio no final daquele ano. Já na segunda metade do governo Lula, com indicativo de mudanças no cargo do ministério da fazenda, muda-se o discurso voltando-se mais para o consumo do que para o pré-ajuste, resultando em uma forte

² Partido dos trabalhadores (PT), coligação PC do B (Partido Comunista do Brasil), PL (Partido Liberal, PMN (Partido da Mobilização Nacional, PCB (Partido Comunista Brasileiro).

expansão do crédito. A política fiscal expansionista de gastos públicos desencadeia conseqüentemente a aceleração do consumo das famílias (GIAMBIAGI et.al, 2011; GIAMBIAGI; ALÉM, 2011).

Segundo Costa (2015, p. 5) esse “modelo baseado no consumo pessoal traz um grande aumento no crescimento do crédito consignado com desconto em folha”. Conforme Martins e Ferraz:

O Mercado de Crédito Brasileiro apresenta uma trajetória de crescimento mais sustentável somente a partir de 2004, iniciando então o ciclo de crédito mais próspero na história contemporânea brasileira – que se desacelerou apenas perante a recente crise financeira internacional. Por um lado, houve uma progressiva melhora do ambiente macroeconômico, que elevou a propensão a se endividar das empresas – devido à aceleração dos investimentos e da atividade econômica – e das famílias – devido à expansão da renda e do emprego. Por outro lado, houve a criação de novos mecanismos institucionais, como o crédito consignado, e a ampliação da importância de mecanismos já existentes, como o crédito direcionado. Ambos os fatores impulsionaram a expansão do crédito no Brasil (MARTINS; FERRAZ, 2011, p.270).

Em meados de 2007 o cenário fica claro, os bancos nacionais e internacionais ganham espaço nas operações de crédito, pois o país se encontrava em uma estabilidade no câmbio e nos preços e principalmente com destaque na expansão do crédito. As instituições financeiras estavam voltadas à obtenção de liquidez. E isso favoreceu o crescimento de empréstimos (MELO, 2011).

Mas com a crise instalada no País em 2008, causada principalmente pela ruína do Lehman Brothers, uma mudança no cenário brasileiro. Ocorre provocando a deterioração das contas externas e da diminuição do crédito doméstico, tendo como consequência a dúvida sobre a estabilização da economia (MORA, 2015).

Especificamente em setembro de 2008 o país acaba sofrendo com os efeitos de crise internacional, mesmo tendo adotado uma política monetária expansionista a qual foi acordada pelos maiores bancos centrais do mundo. Mas uma forte liquidez de restrição global acabou sendo inserida, afetando fortemente o setor bancário do país (MELLO, 2011). Nas palavras de Mora:

O crédito aumentou expressiva e continuamente durante o governo Lula, inclusive após a crise de 2008. Assim, o volume de crédito, que representava 26% do produto interno bruto (PIB), em dezembro de 2002, atingiu 45,2% do PIB, em dezembro de 2010. Essa elevação do volume do crédito, em um contexto macroeconômico caracterizado por elevadas taxas de juros (ainda que descendentes), inicialmente foi capitaneada pelos

bancos privados e ocorreu tanto no âmbito da pessoa física quanto jurídica (MORA, 2015, p. 7).

No momento seguinte, como resposta à crise, o governo interfere através do direcionamento do crédito livre com taxas referenciais, com a ajuda da mediação dos bancos federais. Essa alternativa utilizada tinha como objetivo sanar os problemas ocasionados (MORA, 2015). Conforme Paula e Junior

Grosso modo, podemos distinguir quatro fases no ciclo de crédito no período 2003/2016. Uma fase expansionista do crédito que se inicia ao final de 2003 e vai até o contágio da crise no último trimestre de 2008, liderada pelos bancos privados e crédito a PF. Uma segunda fase (2008/2010) marcada pelo contágio da grande crise financeira global com fortes efeitos no mercado de crédito, pelo papel contracíclico dos bancos públicos e pela postura menos ousada dos bancos privados. Uma terceira fase (2011/2014) caracterizada pela redução e estagnação do crédito dos bancos privados e continuidade na expansão dos bancos públicos, com destaque para o crédito direcionado (BNDES e crédito imobiliário). Por fim uma quarta fase (2015/2016) caracterizada por uma forte desaceleração da oferta e na demanda de crédito, e um credit crunch, com redução tanto no crédito tanto dos bancos privados quanto públicos, assim como no crédito direcionado e livre, com aumento na fragilidade financeira dos agentes (firmas e famílias) (PAULA; JUNIOR, 2017, p.14).

Nas palavras de Paula e Junior (2017, p.10-11) “Inicialmente cumprindo um importante papel no bojo das políticas contracíclicas adotadas a partir do contágio de crise financeira global, as operações de crédito continuaram a crescer até 2015”.

Nos anos de 2015 e 2016 o Brasil passa por uma alta no desemprego, o rendimento médio real está em queda para os trabalhadores, e junto com isso, ocorrem altos níveis inflacionários, provocando a redução do consumo das famílias levando-as a procura no setor financeiro por empréstimo (DIEESE, 2017).

Observa-se que o crédito, em um período de 10 anos (2007- 2017), teve um grande crescimento, isso de certa forma causado pelas mudanças de concessão na modalidade de crédito. Com um forte incentivo das instituições financeiras para o fomento dessa modalidade do crédito consignado, a importância das financeiras em conceder crédito pessoal (OLIVEIRA, DOTTO, FILHO, 2017).

Após essa análise do Sistema Financeiro Nacional e a evolução do crédito no Brasil, contextualizado no Plano Real percebeu-se a importância do Crédito consignado que será apresentado no próximo capítulo.

3 CRÉDITO CONSIGNADO

O presente capítulo apresenta a contextualização do crédito consignado, especificamente para aposentados e pensionistas pelo regime geral da previdência social.

3.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO

De acordo com Banco Central (2011, p. 2) “Empréstimo consignado é uma operação de crédito (empréstimo pessoal) cujo pagamento é descontado diretamente, em parcelas mensais fixas, da folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante”. Conforme Pulcine, Santos e Oliveira (2004):

O Crédito Consignado foi criado com o intuito de estimular o mercado de crédito no país, principalmente para o segmento de pessoas físicas. A iniciativa visou ampliar o acesso dos trabalhadores e aposentados ao crédito em condições mais favoráveis, principalmente no tocante à redução das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras e ao aumento de prazo de financiamento (PULCINE; SANTOS; OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Para Schirckel (1998, p.25), “crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que essa parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o prazo estipulado”.

O crédito pessoal consignado oferece uma grande atratividade com baixas taxas de juros e menor burocracia para o consumidor, já para os bancos a garantias de pagamento e fidelização, proporcionando incentivo para o volume de empréstimo pessoal cedido. Por tudo isso, o crédito consignado cresceu com uma velocidade muito rápida (Banco Central do Brasil, 2015). É ofertado nas três vertentes: (1) setor público, (2) setor privado e (3) INSS (PONTES; LOPES, 2017).

Conforme Santos (2009, p. 1) “o crédito inclui duas noções fundamentais: confiança expressa na promessa de pagamento; e o tempo, que se refere ao período fixado entre a aquisição e a liquidação da dívida”.

3.2 CRÉDITOS CONSIGNADOS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Nos anos de 1990, a questão do envelhecimento populacional ganhou maior atenção política, o que pode ser observado com a aprovação de uma lei específica para idosos, a Lei nº 8.842/1994 da Política Nacional do Idoso. O objetivo desta lei é garantir direitos sociais aos idosos, bem como sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (DOLL, 2017).

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) a população da terceira idade no Brasil vêm crescendo nos últimos anos provocando o fomento do consumo de bens e viagens de turismo, dentro vários outros bens e serviços (INSS, 2017; IBGE, 2017; SECRETÁRIA PREVIDÊNCIA, 2017). Portanto, com o aumento dos beneficiários do INSS decorrente do envelhecimento da população e devido aos índices de natalidade e a longevidade, somado aos incentivos de política pelo governo, a liberação de crédito fez com que o consignado tivesse crescimento expressivo durante os anos (MELO; LIMA 2015).

O crédito consignado no Brasil surge no final de 2003 como uma nova forma de ampliar o crédito financeiro no Brasil. A princípio foi sancionada uma Medida Provisória (MP) 130, de 17 de setembro de 2003, para que fosse ofertado crédito consignado aos trabalhadores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os aposentados e pensionistas, por meio de um convênio entre o INSS as Instituições Financeiras (FREITAS, 2007). Nas palavras de Mora (2015):

O crédito consignado – introduzido, em 2003, pela Lei no 10.820/2003 – possibilitou aos trabalhadores vinculados a determinados sindicatos e aos servidores públicos e aposentados o acesso ao crédito bancário a taxas de juros proporcionalmente mais baixas (...) (MORA, 2015, p. 14).

A Medida Provisória criada pelo governo teve a intenção de não só reduzir os custos dos empresários como também acabou representando um novo ganho de negócios, levando os bancos pequenos aproveitarem um novo seguimento e a oportunidade da inserção dos bancos menores nesse novo cenário de oferta de crédito (FREITAS, 2007).

Embora o crédito estivesse no andamento jurídico desde 1946, foi somente em 2003 que foi feita a regulamentação da concessão dessa modalidade de empréstimo a todos os assalariados do setor público e privado, bem como

para os aposentados e pensionistas do INSS. Essa modalidade é mais segura para quem empresta, pois as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento do empregador, no caso do empregado, ou pelo INSS, caso dos aposentados e pensionistas. Isso viabiliza o crédito (SPC) ou no Serasa. O crédito consignado foi adotado primeiramente pelos pequenos e médios bancos, mas rapidamente atraiu a atenção dos grandes bancos, que além de realizarem suas próprias operações, passaram a adquirir as carteiras originadas pelos seus congêneres menores, que viam aí uma oportunidade de captar recurso e expandir as suas operações (OLIVEIRA, WOLF; 2016 p.9).

Nota-se que mudanças ainda estavam por vir no cenário de crédito brasileiro foi em 2004 com o Decreto nº 5.180 e a Lei nº 10.953 permitia aquisições de empréstimo consignado, estas poderiam ser realizadas em qualquer instituição consignatária, independente do banco que o aposentado ou pensionista do INSS recebesse seu pagamento mensal de seu benefício (GALLE; 2008). Conforme Mora,

(...) a possibilidade de consignação em folha de pagamento ocasionou a redução do custo dos empréstimos caracterizados como crédito pessoal à pessoa física e, simultaneamente, permitiu um aumento do prazo. Este processo possibilitou uma redução expressiva do valor das prestações e, portanto, do comprometimento da renda dos tomadores de crédito (MORA, 2015, p.16).

Serviços de empréstimo consignado são também realizados fora da agência bancária, fazendo com que o cliente que procure essas promotoras de crédito tenha um atendimento diferenciado, como não enfrentar filas de atendimento dentro das agências bancárias. Sendo que algumas promotoras possuem verificação de documentos para encaminhar os financiamentos para os Bancos como também tem autonomia de encaminhar documentos de propostas de crédito. Isso tudo fez com que as promotoras cativassem os clientes com pontos mais atrativos para um atendimento mais especializado, verificando a demanda e a necessidade do cliente. Sendo que foi através das promotoras a estimulação do mercado de empréstimos, o que as torna nos dias atuais especialista em empréstimo consignados e pessoais (ANEPS; 2017).

As instituições financeiras para fornecer o crédito consignado têm algumas normas no qual o consignatário deve apresentar como os documentos originais a margem disponível em seu benefício, mas a garantia para as instituições e Cédula de Crédito Bancária – CCB, conforme Mamede:

A CCB é um título de crédito que pode ser emitido por pessoa física ou jurídica, na forma cártula (em papel) ou escritural, em favor de uma

instituição do Sistema Financeiro Nacional, representando uma promessa de pagamento, em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade. A instituição do Sistema Financeiro Nacional em favor da qual é emitida a CCB é a Instituição Registradora da CCB. Toda vez que alguém contrata um empréstimo com uma instituição financeira, como cartão de crédito, crédito rotativo na conta corrente é emitido contra si uma cédula de crédito bancário. A principal característica da CCB é ser um título executivo extrajudicial, ou seja, não depende do aval do juiz para cobrança, e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada. Para tanto, basta que a instituição financeira apresente o saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo ou nos extratos da conta corrente elaborados pela Instituição Registradora. Ela é garantida tanto por meios reais quanto por meios fidejussórias constituída no próprio título. As garantias reais são as que o credor indica um bem do seu patrimônio que sofrerá o ônus no caso de não pagamento do débito. A garantia fidejussória é a garantia pessoal, no caso o aval, quando uma pessoa assegura o pagamento por outra. Somente pode ter uma garantia por título, sendo vedada a cumulação (MAMEDE, 2010, p.139).

Como a crise que estava acontecendo internacionalmente no final de 2008 afetou fortemente na concessão dos financiamentos que eram realizados pelos bancos estrangeiros no país, visto que um percentual da oferta de crédito vinha do exterior. Esse fato corroborou para o desencadeando uma crise de liquidez que atingiu os financiamentos no Brasil (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Assim o governo interviu através do Banco Central nas tomadas de decisões para amenizar os efeitos da crise de liquidez no mercado interno, com isso a taxa Selic começou a diminuir, mas somente baixou efetivamente em meados de 2009 por conta da inflação (PEREIRA, 2011).

Observa-se que o crédito consignado foi o que menos passou por constante mudança. Se for analisado um pouco mais profundamente, o mesmo é utilizado na maioria das vezes como uma renda futura para adquirir um bem de consumo ou sanar alguma dívida. Os beneficiários tinham seus créditos consignados descontado em folha, e as taxas de juros cobradas eram as menores que as de outros modelos de financiamento no mercado financeiro. O percentual da margem para adquirir empréstimo se modificou em abril de 2009. A normativa em vigor passou a indicar que o beneficiário poderia comprometer 30% do seu benefício líquido como o tomador de empréstimo. No entanto, se o beneficiário optasse por contratar cartão de crédito ficaria vigente o que antes era 10% para o cartão e 20% do restante somando o limite de 30% de comprometimento de seu benefício (PEREIRA, 2011; INSS, 2009).

O aumento da margem de crédito dos beneficiários do INSS somado à concessão de crédito consignado em 2010 coincidia nesse mesmo período com a

retomada do maior crescimento da economia após a crise de 2008 (OLIVEIRA; DOTTO; FILHO, 2017). Mas em meados de 2010 com o aumento na taxa de inflação, o qual era um reflexo da crise financeira global, levou o governo brasileiro a adotar medidas macro prudências³ com a intenção de conter a fragilidade do setor bancário nacional (DE PAULA, JÚNIOR, 2017).

Para os bancos privados houve uma estagnação na oferta de crédito, e os bancos públicos tiveram uma contraproposta de oferta de crédito. Entre 2010 e 2012 foram tomadas medidas para reter a expansão do crédito, mas em 2012 houve novos incentivos à expansão do crédito (OLIVEIRA, WOLF, 2017).

Para os beneficiários do INSS uma das medidas tomadas veio através da portaria nº 623 publicada pelo Ministério da Previdência Social em 2012. Esta estabeleceu um teto de juros mensais reduzindo para o empréstimo consignado dos aposentados e pensionistas, visto que de 2,43% e passou para a casa de 2,14%. Já em 2013 o cenário do crédito consignado se manteve, pois, o risco apresentava-se muito baixo para as instituições financeiras o mercado para os aposentados e pensionista e bem vantajoso para essas instituições (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013).

Em setembro de 2014 o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprova uma resolução que recomenda ao INSS que adote providências para aumentar o prazo máximo de pagamento das operações de crédito de 60 meses para 72 meses, como a taxas de juros são menores para os consignatários.

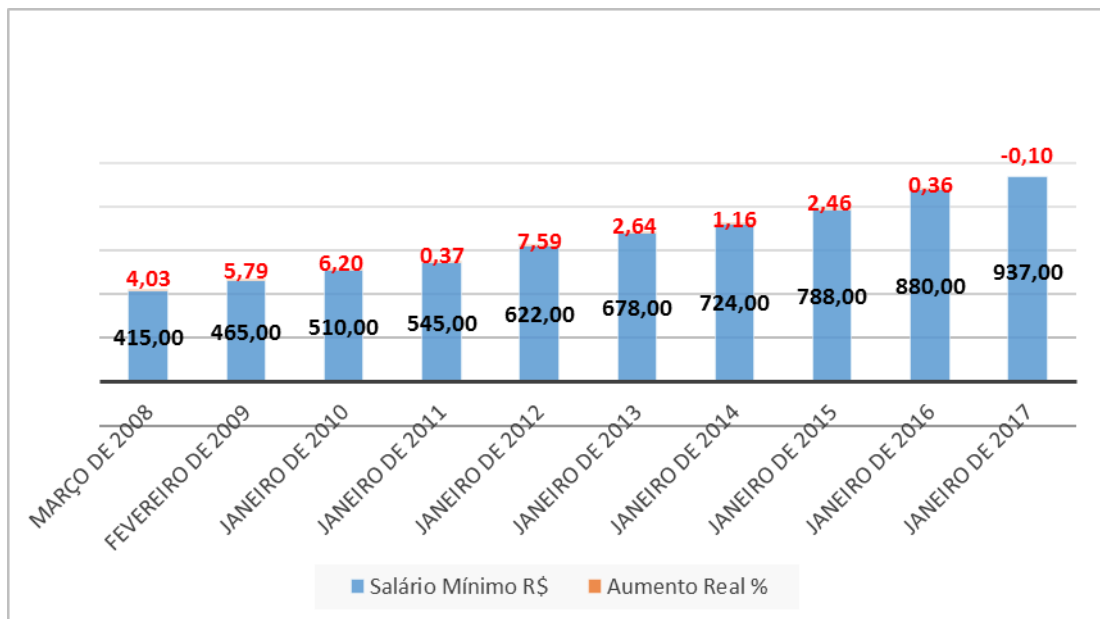
A instrução normativa nº 80 de agosto de 2015 determinou que a margem para contratar empréstimo consignado seria de 30% para crédito consignado e 5% para pagamento de despesas referentes ao uso do cartão de crédito. Caso o beneficiário desejar poderá também ficar com 35% no qual irá utilizar todas suas margens para empréstimos consignatários. Os juros do cartão de crédito consignado são um pouco mais elevados que o juro do empréstimo consignado convencional, mas se for comparado a um juro de cartão de crédito ou cheque especial e bem menor se houver essa comparação (MELO; LIMA, 2015; PREVIDÊNCIA SOCIAL 2015).

O gráfico 1, demonstra os ajustes de 2008 até 2017 no salário mínimo em comparação aos salários nominal e o real. Percebe-se que o beneficiário do INSS

³ Medidas macro prudenciais são políticas que tem por objetivo reduzir o risco sistemático e assegurar a estabilidade financeira contrachocos externos.

tem seu reajuste salarial com base no salário mínimo pelo valor nominal e não pelo aumento real, tendo como consequências os efeitos sobre a renda e as necessidades dos aposentados e pensionistas que não sendo atendidas precisam recorrer aos empréstimos consignados (MELO, 2015).

Gráfico 1 - Aumentos Reais do Salário Mínimo em percentual (%) no Brasil nos anos de 2008 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com dados do DIEESE

Conforme se observa no gráfico 1, os dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a correção do salário mínimo do ano de 2017 ficou abaixo da inflação. O valor foi reajustado em 6,48% sendo que o INPC de 2016 foi de 6,58% demonstrando ser uma perda de -0,10. Se comparado desde 2008 esses índices, é o primeiro aumento no decorrer desses anos que ficou abaixo do nível da inflação (DIEESE; 2017).

O aumento do salário representa um dinheiro a mais para o beneficiário do INSS, mas também abre margem para possibilidade de adquirir mais empréstimo. A renda mensal maior para o aposentado representa um aumento de margem consignatária pelos bancos, pois caso beneficiário necessitar, o mesmo terá possibilidade de um refinanciamento (INSS, 2018).

Com a valorização do salário mínimo ocorre também um crescimento do mercado consumidor interno, pelo efeito do fortalecimento da economia brasileira. A remuneração básica do salário serve como base para os aposentados e

beneficiários da Previdência social e como farol para os demais salários acima do mínimo (DIESSE; 2017).

Com todas essas mudanças nas políticas e também das Leis de concessão de crédito promovidas pelo governo, trazem várias mudanças para a concessão de crédito dos beneficiários, assim conseguindo fomentar atividade econômica tanto para quem irá conceder como para quem for ser o tomador. Toda essa versatilidade teve impacto na economia, o empréstimo para os aposentados e pensionistas do INSS, nos últimos anos de 2008 até 2017 vêm ganhando seu espaço nas instituições financeiras, como também o comprometimento da renda deles (OLIVEIRA, DOTTO, FILHO, 2017).

Com o passar do tempo, consumir se tornou uma necessidade do indivíduo se firmar na sociedade, estando inserido em algum grupo, fomentando a esse crescimento do consumo recorrente, ligados ao aumento do crédito disponível para financiar. Com a possibilidade de obter bens e serviços de uma forma imediata o crédito acabou sendo aceito positivamente pela sociedade (MOREIRA, 2011; PORTO 2012).

Portanto, com um cenário macroeconômico favorável e com a implantação de políticas sociais e de crédito que foram inseridas pelo governo, ocorreu uma expansão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS. Assim, surge um novo público, o qual estava disposto a adquirir empréstimo com taxas de juros menores e com menos burocracia. No próximo capítulo apresenta-se a análise do processo de adesão ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas do regime geral da previdência social.

4 ANÁLISE DE ADESÃO AO CRÉDITO CONSIGNADO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O endividamento é a utilização de recursos de terceiros para sanar as necessidades de consumo, como por exemplo, quando a família ultrapassa sua renda orçamentária e acaba recorrendo a recurso de terceiros (FERREIRA; 2006).

Os motivos que podem causar o endividamento podem ser devido a dois fatores, sendo o primeiro, o fator microeconômico, relacionados ao comportamento individual das famílias. O segundo, macroeconômico refere-se a economia de uma maneira geral (MOSCA; 2009).

O estímulo do mercado para o consumo influencia mudanças até mesmo no modo das pessoas viverem, essa conduta acaba afetando o mercado e a economia no qual estão inseridas. Observa-se o forte marketing sobre oferta de crédito consignado, tem por objetivo induzir o cliente diariamente ao consumo, levando a pessoa ter seu orçamento de despesas comprometido (LUCKE; 2014).

Essa confiança estimula as pessoas adquirir bens e serviços o que poderá agravar ainda mais a situação, através do incentivo ao crédito pessoal e o uso de cartão com mais facilidade, provocando assim o aumento do endividamento das pessoas (MEDEIRO; 2014). A disponibilidade de crédito permite facilitar aquisição por empréstimo com mais rapidez e facilidade possibilitando as famílias melhorias de vida (LIMA, 2006), como salienta Lima,

(...) é inegável que o crédito permite resolver o problema de acesso de muitas famílias a bens que são indicadores de qualidade de vida e até mesmo indispensáveis ao bem-estar mínimo das famílias. Não há economista no mundo que duvide da importância do crédito para gerar crescimento, pois ao propiciar o aumento do consumo, obriga as empresas a produzir em maior escala e a empregar mais, aumentando o poder de compra da população, com melhora no seu nível de vida e assim por diante (LIMA, 2006, p.9).

Com o plano real e a inflação reduzida na economia brasileira, ocorre a expansão das operações de crédito, levando a certa estabilidade no país. A oferta de crédito fez com que surgissem várias linhas deste, uma delas, como exemplo, é o consignado, pois a renda aumentou, mas não conseguiu acompanhar o crescimento do endividamento das famílias. Ter o equilíbrio do aumento da renda ao crescimento do crédito é a questão (SOLIMEO, 2009).

A sociedade brasileira moderna nos últimos anos vem se organizando via mercado, e o consumo nesse novo cenário é um dos elementos em destaque. Com o crédito mais acessível ao consumidor para aquisição de bens e serviços uma nova classe social, que antes era mais desprovida de crédito, acaba emergindo, porém com grande comprometimento do seu orçamento familiar (SOLA; 2014). Conforme Porto:

Pondere-se que o endividamento planejado, com riscos calculados e mediante previsões orçamentarias realistas possibilita a aquisição de uma vasta gama de produtos e acesso a inúmeros serviços disponíveis no mercado, proporcionando melhorias na qualidade de vida e movimentando a economia do país.

Há, porém, o endividamento mal planejado praticado por consumidores que, em razão de características internas e/ ou externa (ausência de planejamento financeiro, carências diversas, apelos recorrentes e incisivos da mídia publicitária, etc.), passam a impingir naquilo que desejam uma sensação de privação pungente e inadiável, apta a desenvolver o *dever* da compra, vertendo o desejo em dependência que, diante da vastidão de produtos em disponibilidade, evolui rapidamente para o consumo imoderado (PORTO, 2014, p.14).

Portanto, o endividamento acontece devido a um conjunto de fatores como econômicos, emocionais, sociais e até mesmo culturais. Todos esses fatores acabam contribuindo para que as pessoas não consigam ter controle de suas próprias finanças pessoais e familiar. Também pode ser compreendido como um saldo devedor familiar ou do próprio indivíduo, como resto de uma dívida ou de um conjunto delas. Isso tudo acaba sendo relacionado com administração das despesas com suas receitas ou equivalente o comprometimento da renda do indivíduo ou da família com o pagamento das dívidas (CARLS; DAL RI, 2015).

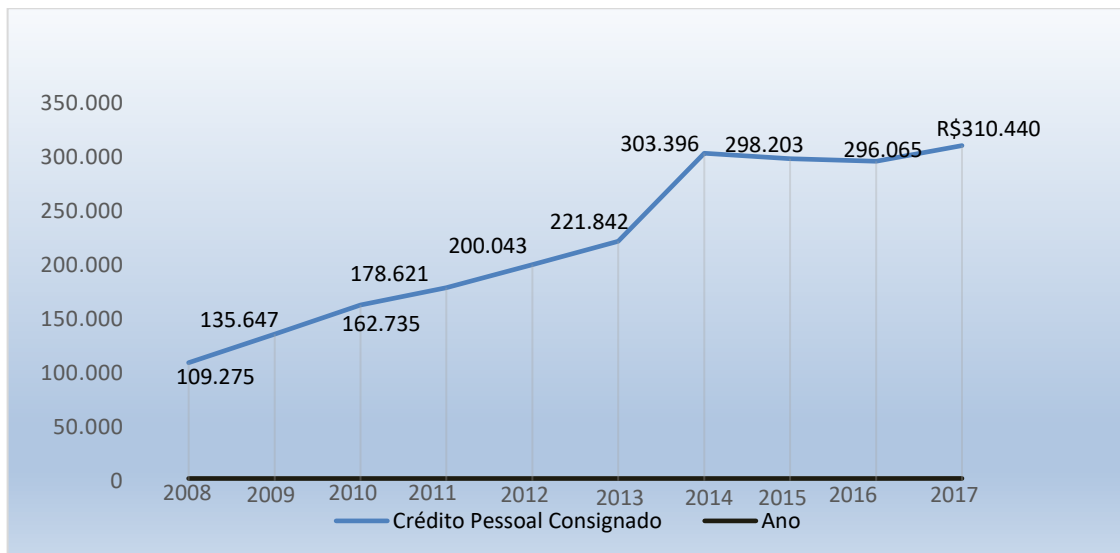
Para parte da população, o crédito com prazos alongados o favoreceu ainda mais o consumo com a possibilidade de empréstimo, com esse cenário, provocando um campo fértil para desencadear um processo de endividamento, o que compromete seu salário com as parcelas do empréstimo que foi contrato com desconto em sua folha de pagamento (PORTO, 2014).

Com o passar do tempo os mutuários se habituaram a ter essa concessão de crédito, e para alguns acaba se tornando parte de seus salários ou até mesmo uma renda a mais. Quem contrata às vezes esses empréstimos sendo desatento não percebe que os recursos são de terceiros que estão sendo disponibilizado e sempre

terão crescimento de juros para os beneficiários (LEÃO; FERNANDES; MARTINS, 2016).

Segundo reportagem de jornal O Globo de 06/05/2018, os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são a segunda categoria que mais deve no crédito consignado, segundo dados do Banco Central. O saldo das dívidas soma mais de R\$ 120 bilhões e cresceu nada menos do que 13,7% nos últimos 12 meses terminados em março. O valor da dívida per capita, de R\$ 4.129, equivale a 2,3 vezes a renda média dos beneficiários, que é de R\$ 1.750 por mês. Isso pode ser observado no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2- Operação de Crédito Pessoal Consignado 2008 a 2017



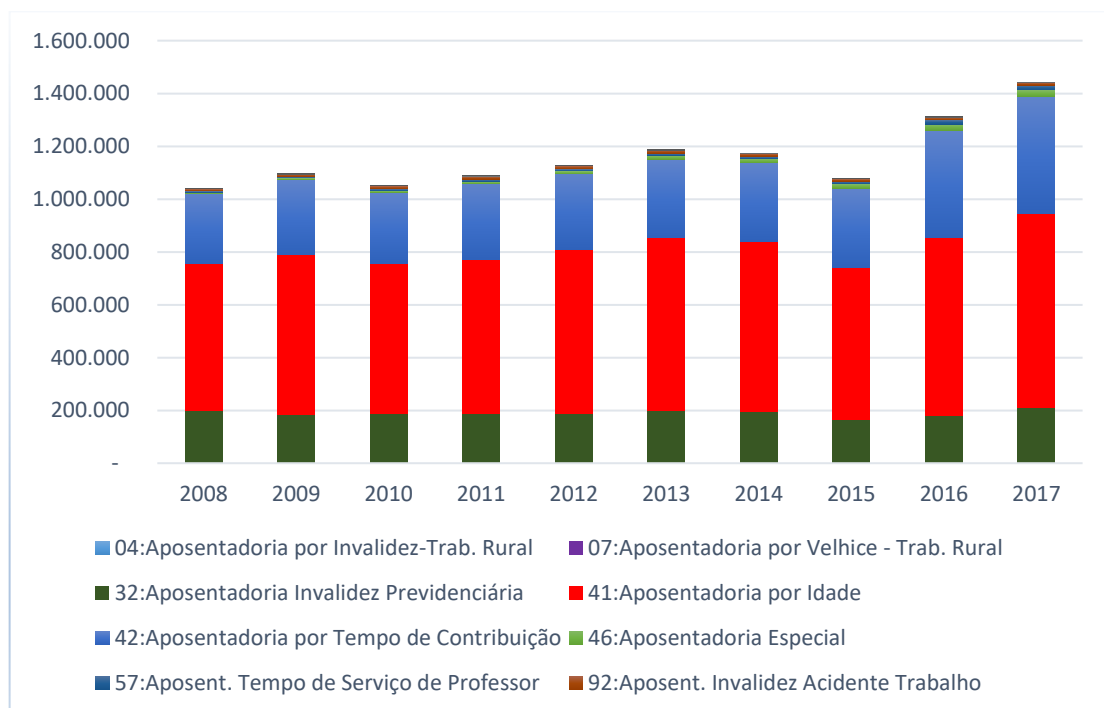
Fonte: Elaboração Própria com dados DIEESE (em milhões de reais valores)

De 2008 a 2017 o aumento foi de 184% nas operações de crédito consignado aproximadamente. No período 2008 até final de 2010 se observa o crescimento do crédito consignado em geral, mas entre os anos de 2010 e 2011 verifica-se uma desaceleração as quais são justificadas com medidas com políticas macro prudenciais que são medidas que o governo toma para conter a demanda pelo consumo entraram em vigor entre fevereiro de 2010 a março de 2011, essas medidas que tiveram impacto direto no crédito bancário (BCB, 2011). Já nos anos de 2012 para 2013 os bancos públicos ampliaram sua participação no mercado de crédito enquanto os bancos privados retraíram a sua atuação, no qual teve seu impacto no mercado de crédito (DIEESE, 2014).

No ano de 2014 o pagamento das operações de crédito que eram de consignado em até 60 parcelas passou a vigorar para 72 parcelas, isso abriu margem disponível para o mutuário. Isso levou os mutuários a manterem a mesma parcela em andamento e refinanciarem suas dívidas fazendo com que sobrasse algum lastro para continuarem a consumir. Além disso, o cartão de crédito consignado para os aposentados e pensionista do INSS amplia o limite de margem para 5% aumento a procura por esse tipo de credito, pois esse poderia ser utilizado para compras como também poderia usar o limite do cartão como saque em dinheiro disponibilizado para o mutuário (MELO, LIMA, 2015; PREVIDÊNCIA SOCIAL 2015).

Outro aspecto importante que inclusive é discussão atual nacional, é a reforma das regras da previdência, nesse sentido o gráfico 3 demonstra as aposentadorias concedidas entre os anos de 2008 a 2017. Observa-se um aumento contínuo de 2008 até 2013, no ano de 2014 a um aumento significativo e este permanecendo estável nos anos seguintes, e as principais aposentadorias concedidas.

Gráfico 3 - Número de aposentadoria concedidas por categorias no Brasil pelo INSS no período de 2008 a 2017.



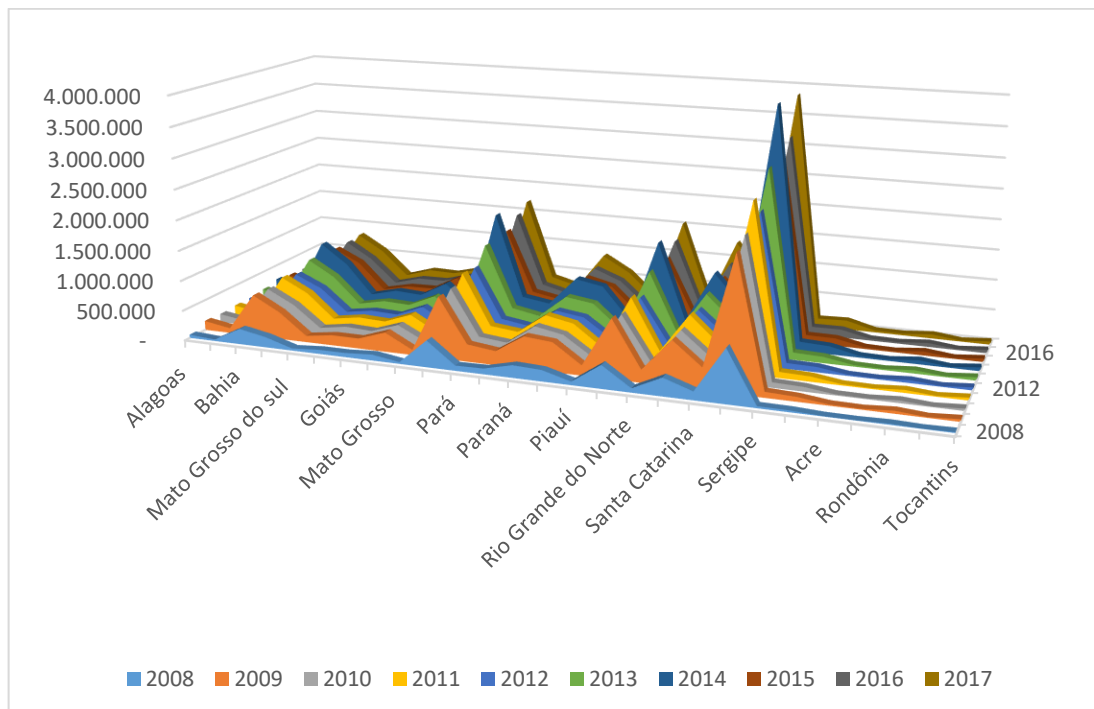
Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

Aposentadoria por idade para trabalhadores urbanos com 65 anos para homens e para mulheres com 60 anos ter 15 anos de contribuição ou no mínimo 180 contribuição. A grande maioria dos beneficiários não conseguem atingir a tempo de contribuição e por essa razão acabam se aposentando por idade.

Ainda no gráfico 3 também há um aumento de aposentadoria entre os anos de 2016 para 2017 isso se deve principalmente a rumores das mudanças previdenciárias que fizeram com que alguns beneficiários encaminhassem suas aposentadorias com receio que as novas normas pudessem prejudicá-los (DIESSE, 2018). Outro fator e o aumento da população idosa no Brasil que vem crescendo e na sequencia o pedido por aposentadoria (IBGE 2017).

No gráfico 4 observa -se o crescimento de alguns estados na contratação de empréstimo consignados. Um dos fatores é o tamanho da população em cada estado e o seu desenvolvimento econômico, com mais postos de trabalho essas pessoas acabam contribuindo para Previdência Social, e quando tiver tempo contribuição ou idade podem entrar com o pedido de aposentadoria.

Gráfico 4- Operações de crédito pessoal consignado INSS por estado brasileiro período de 2008 a 2017.



Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

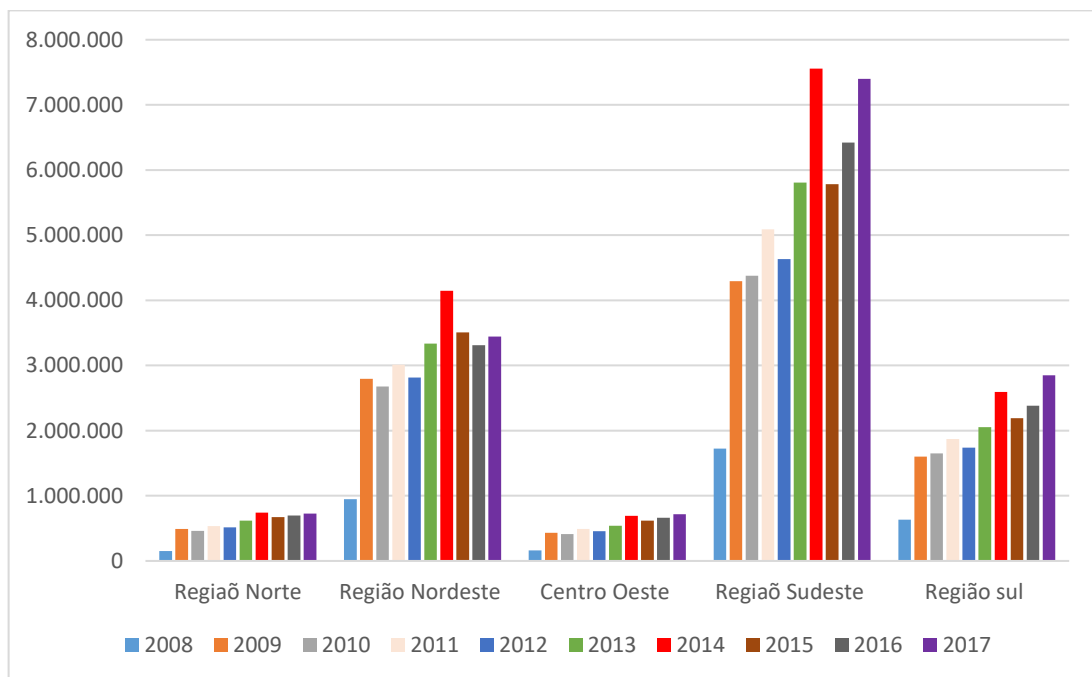
A grande maioria das pessoas migra de regiões com baixo desenvolvimento para estados onde tenha melhor qualidade de vida e oferta de trabalho. Exemplo para ilustrar esse argumento é o estado de São Paulo onde recebe pessoas em busca de emprego melhor qualidade de vida das diversas regiões do Brasil. Essas pessoas que grande parte de sua vida trabalhou nessas regiões ao chegar no tempo de se aposentar terão criado nessas regiões laços familiares ou até mesmo já estarão adaptadas a região e acabam se aposentando e se mantendo no mesmo lugar.

Essas regiões onde maior população, terá também um número maior de aposentados e pensionistas do INSS, a contribuição para Previdência Social nas grandes capitais e maiores, pois como o cálculo é baseado no salário do contribuinte. Esses beneficiários quando irão se aposentar terão seu salário mínimo acima da média do mínimo, sendo assim tem maior densidade de crédito consignado quando forem utilizar.

Já no oposto o estado do Pará tem menor densidade de crédito consignado. Com pouca oferta de trabalho comparada a outras regiões do Brasil o Pará acaba não tendo essa arrecadação que as regiões onde tem mais oferta de trabalho e na sequência menor contribuição para Previdência Social o estado tem aposentados, mas amparos sociais não podem adquirir empréstimo. Reforçando que o empréstimo consignado INSS e um desconto em folha quem pode utilizar e o beneficiário que contribui para Previdência Social, sendo que os amparos sociais não conseguem financiamento com desconto em folha do INSS.

No gráfico 5 apresenta por regiões brasileiras, onde podemos observar que a região sudeste composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santos e Minas Gerais e todos os anos vem ocupando forte crescimento no crédito e nos anos de 2014 e 2017 fica muito visível que as políticas de crédito incentivada pelo governo que ocorrem em 2014 mudanças no limite máximo de parcelas do consignado aumento de margem para os cartões de crédito consignado.

Gráfico 5- Operações de crédito consignado INSS por regiões brasileiras período de 2008 a 2017.

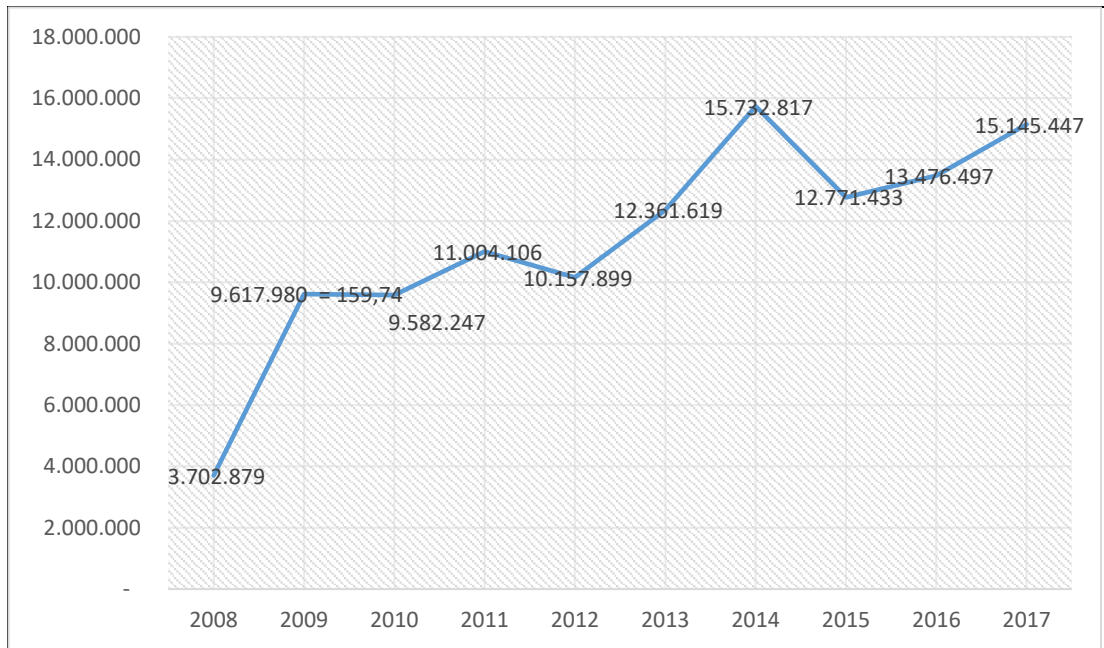


Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

Em 2017 principalmente e com as baixas taxas de juros tanto para o crédito pessoal consignado e cartão de crédito consignado faz com que o empréstimo consignado se tornasse uma das possibilidades de empréstimo com taxas atrativas comparadas a outras formas de empréstimo para os beneficiários do INSS. Aumenta a procura por crédito consignado principalmente entre 2014 e 2017 fica em destaque a região sudeste com a maior retenção de consignado. E pelo gráfico 5 ainda e uma das regiões do Brasil com as menores densidade por crédito a região centro-oeste, o estado Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Já os empréstimos consignados para os aposentados e pensionistas demonstrados no gráfico 6 evidencia que houve entre os anos de 2008 á 2009 um aumento de 159,74%.

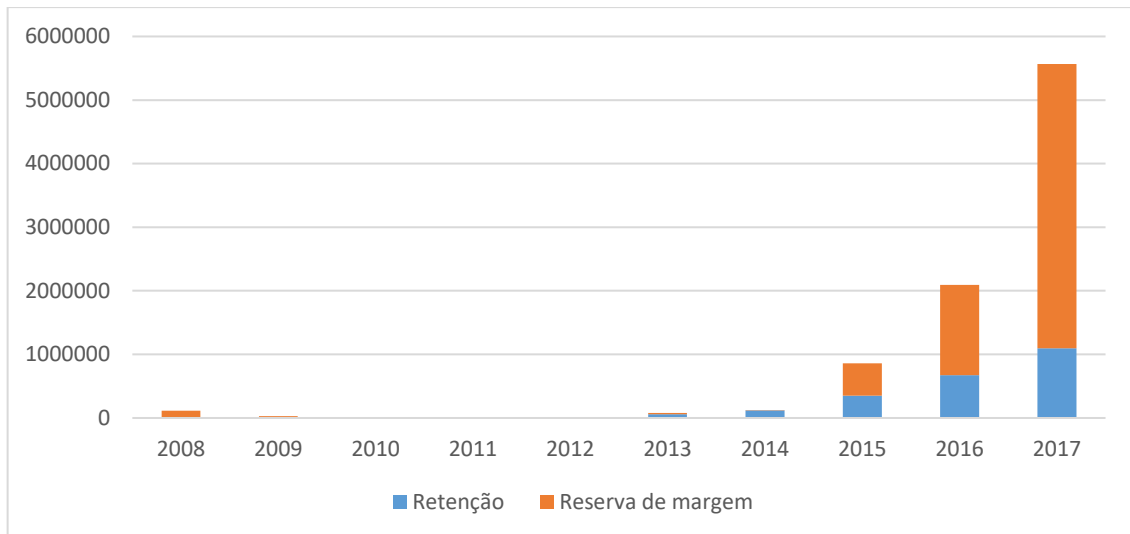
Gráfico 6- Empréstimo consignado INSS total por ano



Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

A razão desse aumento pode encontrar-se nos incentivos com políticas públicas adotadas no período, isso fez com que uma parte da população teve a possibilidade de obter tanto empréstimo pessoal como cartão de crédito, para obter produtos como geladeira, fogão entre outros. O crédito era disponível até mesmo para clientes com restrição. Observe no gráfico 7 a utilização do crédito através do cartão consignado.

Gráfico 7 - Utilização de crédito através Cartão Consignado.

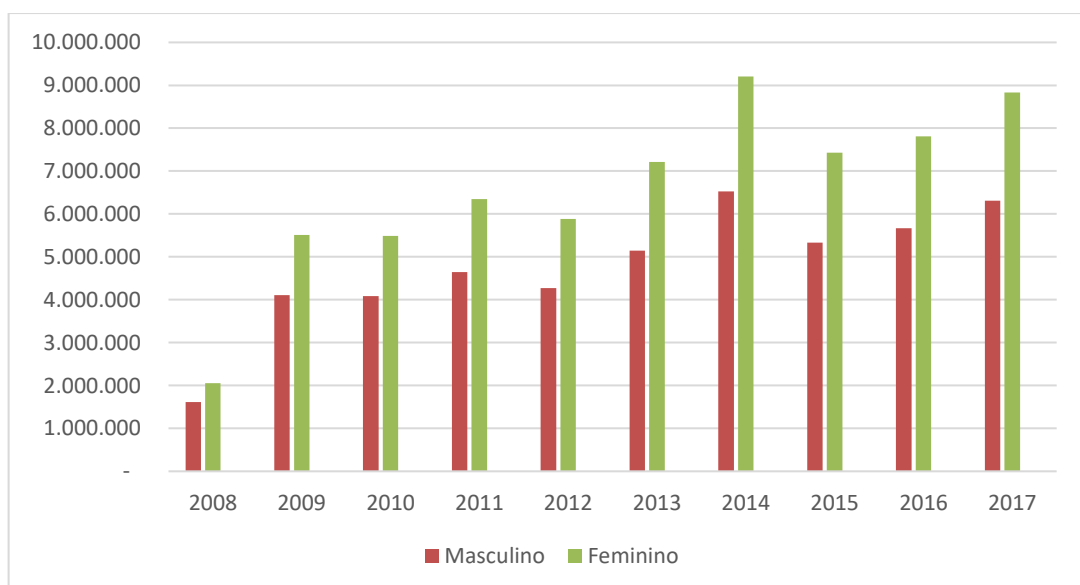


Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

Esse grande aumento das operações com o cartão de crédito se deu em função das regras já estabelecidas em 2014, que com o limite desses, ampliou ainda mais na margem de consignação.

Entre o público formado por homens e mulheres, as mulheres de acordo com os dados têm mais crédito consignado. Observe no gráfico 8.

Gráfico 8- Empréstimo consignado por gênero



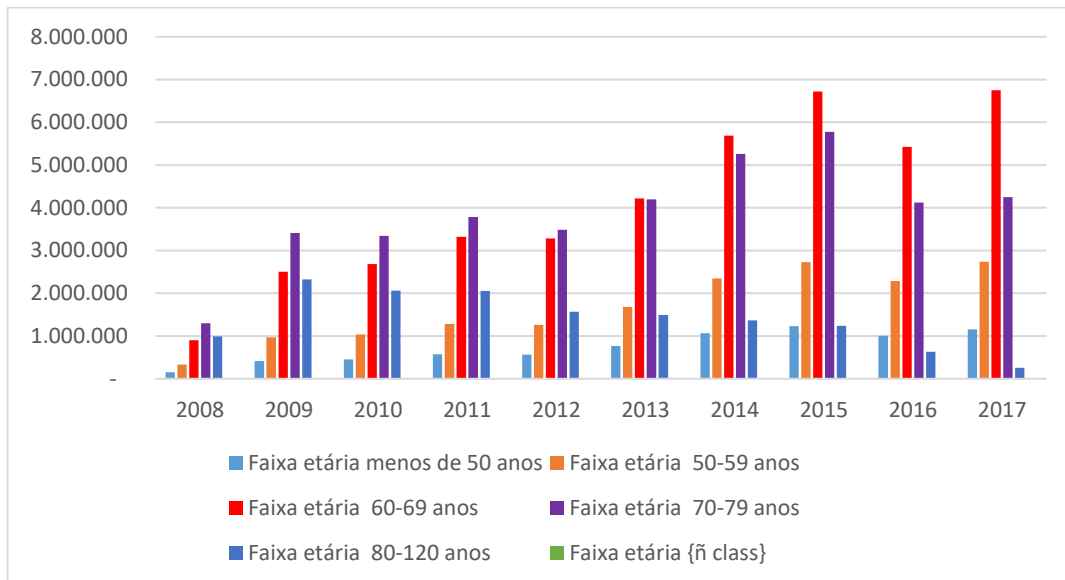
Fonte: Elaboração própria com base no Suibe(Sistema único Informação Benefícios).

A participação das mulheres no mercado de crédito consignado, o número cresce em 2014, e decresce em 2015 e nos 2 anos a seguir para 2016 e 2017 volta

o crescimento. Além do número de pessoas do gênero feminino ser maior do que o masculino justifica as mulheres se aposentarem antes que os homens, as mulheres estão cada vez mais com maior participação no núcleo familiar. É a população de mulheres brasileira conforme dados do IBGE 2017, vive mais que os homens, e as mulheres estão fazendo mais parte do mercado de trabalho. São alguns dos fatores que podem contribuir para ter mais mulheres adquirindo empréstimo que os homens.

A população idosa do Brasil tem aumentado e ainda quem poderia ainda estar na ativa em função da reforma da previdência que esta sendo discutida causou influencia nos pedidos de aposentadoria como demonstra o gráfico 9.

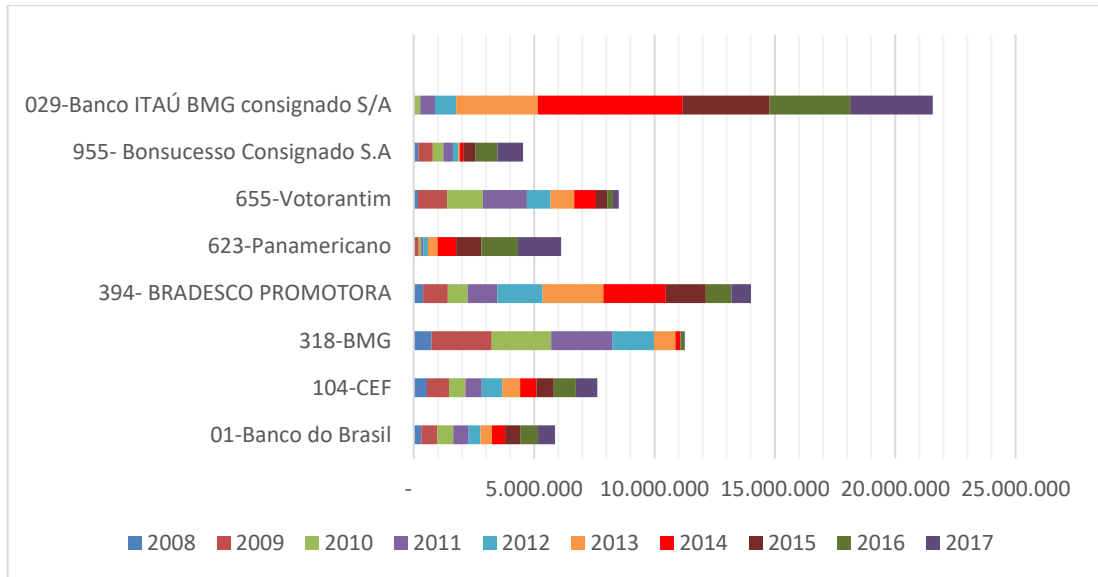
Gráfico 9 - Empréstimo Consignado por idade



Fonte: Elaboração própria com base no Suibe (Sistema único Informação Benefícios).

Os bancos e financeiras que mais emprestaram nesse período estão apresentados no gráfico 10.

Gráfico 10- Liberação de crédito pelas instituições financeiras



Fonte: Elaboração própria com base no Suipe (Sistema único Informação Benefícios).

Com a crise internacional afetou o mercado interno brasileiro de crédito consignado algumas financeiras não conseguiram enfrentar a crise sozinhas e acabaram vendendo suas carteiras (cliente possuíam financiamento em andamento) para bancos maiores, acarretando que poucos bancos possuem grande parte das carteiras (são cadastro de clientes com contratos em aberto) em sua base. Exemplo de Bancos foi BMG em 2012 e também Itaú Unibanco se associaram então surgiu o Itaú - BMG, que tem grande parte da carteira de consignado. Outro banco foi o Panamericano que foi incorporado para suas ações entre o banco BTG e Caixa Econômica Federal. O que possibilitou esses bancos a aquisição dessa vasta carteira de clientes é que com a liberação de financeiras ou a chamado promotoras de crédito, o mutuário do INSS pode fazer empréstimo em qualquer autorizado pelo Banco Central, eles trabalham com todos os bancos, então para o cliente refinanciar um empréstimo ou fazer portabilidade de um banco para outro fica maior facilidade.

Os chamados promotores de crédito “trabalham onde terá mais lucratividade, o banco que estiver pagando maior porcentagem pelos contratos realizados por essas financeiras ou promotoras, por onde eles irão encaminhar o cliente a fazer um novo refinanciamento ou até mesmo a portabilidade”. Um dos motivos que algum banco tem grande fatia no mercado de crédito consignado é porque o beneficiário

não precisa estar dentro de uma agência bancária para realizar um empréstimo o mesmo pode estar em qualquer financeira ou promotora credenciada.

Comprova que o crédito consignado com o passar dos anos teve grande inserção dos aposentados e pensionistas do Regime geral da Previdência Social. O crescimento dessa modalidade de financiamento tomou hábito por esses mutuários o que acaba significativamente comprometendo a renda, tendo como consequência com sua aposentadoria comprometida, sendo que os salários mínimos vêm nos últimos anos tendo uma perda de valor real. Com isso acaba o crédito se tornando um endividamento desses beneficiários e comprometendo sua renda a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a proporção de adesão ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no Brasil, no período que engloba os anos de 2008 a 2017. Para tal foi necessário verificar a evolução do mercado de crédito no Brasil fora do país visando ter noção do crédito para o sistema econômico capitalista, bem como as mudanças que causa no sistema o financeiro.

No Brasil a implantação do Plano Real em 1994 trouxe várias mudanças para o setor de financeiro de crédito, com abertura do mercado nacional para bancos estrangeiros, sendo que vários bancos pequenos foram incorporados pelos maiores. O sistema Financeiro Brasileiro entre 1990 até 2003 teve um papel importante na dinâmica da econômica brasileira, pois estava em constante transformação.

A partir do ano de 2003 ocorreu uma rápida expansão do mercado de crédito com políticas fiscais expansionistas de gastos públicos provocando a aceleração do consumo das famílias. Esse movimento propiciou o surgimento ao final do ano 2003 do crédito consignado para os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social. Com taxas de juros diferenciadas para um público também diferenciado o crédito consignado tornou-se popular entre essas pessoas.

Em conjunto com a maçante propaganda das financeiras dos bancos, os incentivos para a antecipação de algum bem de consumo ou de serviço fez com que o crédito consignado se tornasse para os bancos algo muito vantajoso. Além de aumentar a cartela de clientes, o fato do desconto das parcelas dos empréstimos ser feita em folha, diminuiu o risco de inadimplência. Os resultados desse fenômeno foram mostrados através das políticas monetários expansionistas adotados pelo Brasil no ano de 2008. Enquanto a economia internacional sofria com a crise, o governo brasileiro conseguiu manter a expansão da concessão de crédito.

Então se verifica que no curto prazo a adesão ao crédito consignado impulsiona o consumo doméstico, porque amplia a renda disponível e até mesmo o poder de compra. Porém esse crescimento impulsionado dos empréstimos pode levar ao aumento do índice do endividamento do mutuário, pois o mesmo sem educação financeira pode se afundar em contas que depois não consegue pagar.

Fica evidenciado através da análise dos gráficos que os aposentados e pensionistas aderiram mais ao crédito consignado do que a população geral.

Ressalta-se também que embora a ocorrência de empréstimo esteja em declínio dada a crise atual, o mesmo ainda é muito procurado e se utilizar da portabilidade para refinarciar dívidas ativas e ampliar a margem para empréstimo.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, A.; LIMA, I. **Mercado Financeiro**: aspectos históricos e conceituais. 2. ed. São Paulo Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANEPS. Disponível em: <https://aneps.org.br/noticias-imprensa?busca=promotora&form_id=busca> Acesso: 08 de out. /2018.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). *Nota para a imprensa*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p> > Acessado em: 10/10/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). **Relatório de Inflação – Dezembro (2003)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2003/12/ri200312P.pdf>> Acesso: 08/08/2018 .

BANCO, DO BRASIL. Relatório anual 2010. **Programas de microfinanças do Banco do Nordeste**, 2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>> Acesso em : 28/10/2018.

BELUZZO, L. G. Sistema de Crédito, Capital Fictício e Crise. **Carta Maior**, v. 9, 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Sistema-de-Credito-Capital-Ficticio-e-Crise/7/17009>>

BRASIL. IBGE 2017. Disponível em : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html> Acesso em: 10 /10/ 2018

BRASIL. MINISTERIO PREVIDENCIA SOCIAL (2017). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/noticias/categoria/consignado/>> Acesso: 08/08/2018.

BRASIL. RECEITA FEDERAL (2018). Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic>> Acesso: 08/08/2018.

BRASIL. Secretária de Previdência Social 2014. Disponível em:
<<http://www.previdencia.gov.br/2014/09/cnps-1-conselho-aprova-recomendacao-ao-inss-para-estender-prazo-maximo-de-pagamento-do-consignado/>> Acesso:
08/08/2018.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo 52 (ADCT) 2016.
Acesso: 08/08/201.

BRASIL. INSS. (2018) Disponível em :
<<https://www.inss.gov.br/orientacoes/emprestimo-consignado/>>/ Acesso: 08/08/2018

BRASIL. **Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 dez. 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm> Acesso: 08/09/2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 130, de setembro 2003.** Dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e das outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm> Acesso: 08/09/2018.
BRASIL. **Secretária de Previdência Ministério da Fazenda.** Disponível em : <http://www.previdencia.gov.br/noticias/categoria/inss/page/25/>> Acesso: 08/08/2018

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Notícias.** Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>> Acesso: 08/10/2018.

BRASIL. SENADO. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo52** Disponível em:
<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_52_a_sp> Acesso: 08/08/2018

BRUNHOFF, S.; FOLEY, D. **Karl Marx's theory of money and credit.** In: Arestis, P. Sawyer, M.. A Handbook of Alternative Monetary Economics. Edward Elgar, Cheltenham, 2006..

CARLS, L. G.; DAL RI, M. K. **Aposentado do INSS com crédito consignado em uma instituição financeira bancária (2013): um estudo de caso.** UNIJUI, nov. 2015. Disponível em:
<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3094>>. Acesso em: 15/09/2018.

CARVALHO, F. J. C. de et al. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2007.

CAVALCANTE, C. D. **Análise da importância consignado no consumo dos aposentados e pensionista do INSS: um estudo de caso no bairro Potengi de Natal**. 2015. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em:
<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1334/1/An%C3%A1lise%20da%20import%C3%A2ncia_Monografia.pdf>. Acesso em: 27/07/2018.

CINTRA, M. M. **A reestruturação do sistema Bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005**. Política Econômica em Foco, UNICAMP, n. 7, nov. 2005/abr. 2006, p. 292-318. Disponível em:
<http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2003-2006/Secao_X07-PEF.pdf> Acesso: 04/05/2018.

COELHO, Livia Sendra. **A Evolução do Mercado de Crédito Brasileiro**. Monografia de final de curso, 57 f., 2005. Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro. Disponível em:< http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Livia_Sendra_Coelho.pdf > Acesso: 05/11/2018.

COSTA, F. N. **Atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 258, setembro de 2015. Disponível em:
:<https://www.researchgate.net/publication/283486591_Atuacao_Anticiclica_dos_Bancos_Publicos_Brasileiros> Acesso: 13/08/2018.

DE LAVOR LOPES, Paloma; DE SOUZA PONTES, Alcioni. Estratégias de captação e fidelização de cliente de crédito consignado. **Revista Valore**, v. 2, n. 1, p. 34-50, 2017. Disponível em :
<<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/29/35>> Acesso: 18/07/2018.

DE PAULA, L. F.; JÚNIOR, A.J.A. **Comportamento dos Bancos e Ciclo de Crédito no Brasil em 2003-2016: uma análise pós-keynesiana**. 10/08/2017. Disponível em:
<<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/comportamento-dos-bancos-e-ciclo-de-credito-no-brasil-em-2003-2016-10.pdf>>. Acesso: 13/08/2018

DE SOUZA, Bruna Osvald; MORETTO, Cleide Fátima. Entre a razão e a Emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em :
< [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/3978-Texto%20do%20artigo-15152-1-10-20141119%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/3978-Texto%20do%20artigo-15152-1-10-20141119%20(1).pdf)>. Acesso: 09/06/2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTADÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC). **Nota Técnica**, n.166, janeiro 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.html>>. Acesso: 03 de outubro 2018.

DO NASCIMENTO MELO, Auricelia; DE LIMA, Alexandre Augusto Batista. Concessão de crédito consignado aos aposentados do regime geral de previdência social: análise da repercussão econômica. **Revista Jurídica Eletrônica da UFPI**, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/Samsung/Downloads/4674-16140-2-PB%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/4674-16140-2-PB%20(8).pdf)> Acesso: 28/09/2018.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. **Revista Brasileira do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 106, p. 309-342, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183230/001078560.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em : 01/11/2018.

FERREIRA, I. C. Crédito consignado e superendividamento. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC. 2008 : Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/isabel_cristina.pdf> Acesso: 27/10/2018.

FERREIRA, JOÃO FRANCISCO DE ASSIS. Análise de Crédito. Trabalho de Conclusão de Curso 2010. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911260614.pdf>> Acesso: 12/10/2018.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415/12131>>_Acesso: 13/10/2018

FREITAS, M. C. P. Transformações institucionais do sistema bancário. Relatório 1 do Subprojeto VIII da pesquisa "O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento". Convenio BNDES-Cecon-IE-Unicamp, ago. 2007 a. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2006-2007/SubprojetoVIIIRelat1BNDES.pdf>> Acesso em : 14/09/2018

FORTUNA, E. Mercado Financeiro Produto e Serviço / Eduardo Fortuna. – 17° ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GALLE, Juliano Morais. A dinâmica do crédito no Brasil entre 1990-2006. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/6742>> Acesso em: 14/09/2018

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: O governo Lula. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D de; **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Elsevier, 2011

GIL, C. A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas 5ª edição .2010 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/06/internas_economia,678663/dividas-do-inss.shtml

HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Análise de Regressão**. Uma Introdução a Econometria. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010

LAVINAS, Lena; FERRAZ, Camila. Inclusão financeira, crédito e desenvolvimento: que papel uma renda básica pode jogar nesse processo? **Communication présentéeau**, v.13, 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/InclusaoFinanceiraCreditoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em : 22/10/2018.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 152-174, dez. 2016. ISSN 2236-8493. Disponível em: <<https://www.oikos.ufv.br/index.php/oikos/article/view/296>>. Acesso: 31 out. 2018.

LIMA, Clarissa Costa de. **Empréstimo Responsáveis. Os Deveres de Informação no Contratos de Crédito e a Proteção do Consumidor contra o Superendividamento**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre, 2006.

LUCKE, V.A.C et al. **Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da Região Noroeste do Estado do RS**. Disponível em:

<<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/330.pdf> >. Acesso: 28/04/2018.

MARTINS, N. M.; FERRAZ, C. de A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, p. 269, 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201111011226280.CD9_artigo_11.pdf . Acesso em: 09/08/2018.

MEDEIRO, M.; SOUZA, P. H.G. F. **Previdências dos trabalhadores dos setores públicos e privados e desigualdade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v18n4/02.pdf>> Data de acesso: 06/10/2018.

MELO, N. A; LIMA, B. A. A. Concessão de crédito consignado aos aposentados do regime geral de previdência social: análise da repercussão econômica. Dez 2015. **Arquivo jurídico-Teresinha-PI-v2-n2-** p.103-115 Disponível em: [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/4674-16140-2-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/4674-16140-2-PB%20(5).pdf)> Acesso em: 07/07/2018

MOLLO, M de L. Capital Fictício, Autonomia Produção-circulação e Crise Precedentes teórico para Entendimento da Crise Atual. **Revista Economia**, Brasília, v.12, n3 set/dez2011, p475-496. Disponível em : <http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n3p475_496.pdf > Data de acesso: 05/05/2010

MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2015. (Texto para discussão n. 2022). Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>> Data de cesso 07/10/2018.

MOREIRA, F. R. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, v.19.p.91-114, 2011. Disponível em: <http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19_91.pdf> Acesso: 25/10/2018.

MOSCA, A. **Finanças comportamentais: Gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MUNHOZ, D.G. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1982. Disponível em : <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/06/internas_economia,678663/dividas-do-inss.shtml> . Acesso em 07/08/2018.

OLIVEIRA, G. C. DE; WOLF, P. J. W. (2016) A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015). Brasília: IPEA, Texto para Discussão 2243. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7284/1/td_2243.pdf. Acesso em 01/11/2018.

OLIVEIRA; DOTTO; FILHO. Crédito Consignado: Dinâmica e ampliação das Condições de Financiamento (Margem de Consignação e Garantias); **V Seminário economia UFSM 2017**. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/CREDITOCONSIGNADO.pdf > Acesso em 03/07/2018.

PAULA, L. F. Bancos e crédito: a abordagem pós- Keynesiana de preferência pela liquidez. **Revista de Economia**, Curitiba, v.32, n.2, p. 81-93, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/7729-21828-1-PB.pdf> > Acesso em 05/06/2018

PEREIRA. C.P.E. **Uma análise do crédito consignado no Brasil com ênfase no impacto da crise financeira de 2008**. Monografia, Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Eduardo_Prochnik_de_Carvalho_Pereira.pdf > Acesso 07/09/2018

PORTO, E. A. **Evolução do Crédito Pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4428/1/arquivototal.pdf> > Acesso em 06/07/018. Acesso: 23/ 05/2018

PUGA, F. P. **Sistema Financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, mar.1999(texto para discussão BNDES, n.68d). Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13510> > Acesso em 18/07/20108

PULCIONE ; SANTOS; QUERIDO. O papel do crédito consignado brasileiro para aposentados e pensionistas; XII ECONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA E VIII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS GRADUAÇÃO- Universidade de vale do Paraíba. Taubate. Anais...Pós-Graduação em MBA em Gerência Fiannceira e Contraladoria-Programa de Pós-graduação em Administração-PPGA

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SENNÁ, J. J. **Política monetária: ideias, experiências e evolução**. São Paulo: FGV, 2015.

SOARES, R. **Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação**. Brasília: IPEA, jul.2001. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1969/1/TD_808.pdf> Acesso: 23/08/2018.

SOLA, G.C.F. S. O contrato de crédito e o superendividamento do consumidor. **Aporia**, v. 1, n. 1, jul – Dez, p. 65-72, 2014. Disponível em :
<<http://www.cescaje.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/4>> Acesso: 07/09/2018

SOLIMÉO, Samantha. **With shaking hands: aging with Parkinson's disease in America's heartland**. Rutgers University Press, 2009.

SOUZA, B. O.; MORETTO, C. F. Entre a razão e a emoção: a tomada de crédito consignado. Disponível em:
<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00886_01_O.pdf> Acesso: 17/09/2018

TUSSET, Tamara. **Associados aposentados do INSS com crédito consignado em uma cooperativa de crédito: um estudo de caso**. Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:
<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1008/Tamara%20Tusset.pdf?sequence=1>> Acesso: 06/08/2018

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em :
<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00886_01_O.pdf> Acesso: 27/09/2018

APÊNDICE A

Reajuste do Salário Mínimo no Brasil nos anos de 2008 a 2017

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,20
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,2	2,64
Janeiro de 2014	724,00	6,78	5,56	1,16
Janeiro de 2015	788,00	8,84	6,23	2,46
Janeiro de 2016	880,00	11,68	11,28	0,36
Janeiro de 2017	937,00	6,48	6,58	-0,10
Total Período	6.564,00	94,71	62,75	30,5

Dados estimados para INPC de 2016
 Fonte: DIEESE